# DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 19 de novembro de 2015

# PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 3.815, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015. Nomeia membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da execução de convênios, auxílios, contribuições e subvenções a serem firmados pelo Município de Piracicaba, através de sua Secretaria Municipal da Ação Cultural, durante o exercício de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear Aparecida Luana do Nascimento, Juliana de Fátima Mazzero, Luciana da S. Graças e Rosangela Maria dos Anjos, para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da execução de convênios, subvenções, auxílios e contribuições a serem firmados pelo Município de Piracicaba, através de sua Secretaria Municipal da Ação Cultural, durante o exercício de 2016.

Art. 2º À presente Portaria aplicam-se os dispositivos constantes do inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 3.966, de 15 de setembro de 2005 e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de novembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE Secretária Municipal da Ação Cultural

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

PORTARIA Nº 3.820, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015. Altera Portaria nº 3.792/15 que "delega funções de movimentação bancária

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

# RESOLVE

Art. 1º Alterar o parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 3.792, de 18 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Entende-se por movimentação das contas bancárias a abertura de contas de depósito, autorização de cobrança, recebimento, emissão de recibo e quitação, solicitação de saldos e extratos, autorização de débitos em conta relativos à operações, realização de resgates de aplicações financeiras e de saques em conta corrente ou conta poupança, cadastramento, alteração e desbloqueio de senhas, efetivação de pagamentos por meio eletrônico no gerenciamento financeiro/AASP, solicitação de saldos e extratos de investimentos ou de operações de crédito, emissão de comprovantes, encerramento de contas de depósito, consultas das obrigações do débito direto autorizado - DDA, assinatura de boletos e contratos de câmbio e seus respectivos aditivos, assinatura de contratos de câmbio pronto, assinatura de apólices de seguro, realização de transferências/pagamentos, realização de transferências por meio eletrônico. recebimento de ordens de pagamento, consulta à contas/aplicações de programas de repasse de recursos, liberação de arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, realização de transferências para a mesma titularidade, requisição de cartões eletrônicos, realização de aplicações financeiras, consultas de depósitos judiciais via internet, realização de movimentações financeiras no RPG delegação de poderes a terceiros, emissão de autorização a outro servidor público municipal para acesso a saldos e extratos." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 18 de novembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## PROJETO DE LEI

Acresce dispositivos à Lei nº 6.246/08, a fim de instituir o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM no Município de Piracicaba e dá outras providências.

Art. 1º O Título V – Dos Direitos da Mulher, da Lei nº 6.246, de 03 de junho de 2.008, alterado pela Lei nº 7.235, de 14 de dezembro de 2.011, fica acrescido do Capítulo II a seguir descrito, passando seu Capítulo Único a ser primeiro:

#### "CAPÍTULO I

DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Art. 106A. Fica instituído no Município de Piracicaba o serviço público assistencial denominado "Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência — CRAM", integrado às ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e por ela gerenciado.

§ 1º O CRAM visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher que se encontra nesta situação, fazendo parte de suas ações:

I — o aconselhamento em momentos de crise, com vistas a evitar ou minimizar os efeitos traumáticos da experiência da violência, dentre eles, o choque, a negação, a descrença, o amortecimento e o medo;

II — o atendimento psicossocial, com o objetivo de promover o resgate da autoestima da mulher em situação de violência e de sua autonomia, prestando orientações e promovendo sua inserção e de seus dependentes em programas de transferência de renda, auxiliando-a na busca e implantação de mecanismos de proteção e/ou auxiliando-a na superação do impacto da violência sofrida;

III — o aconselhamento e acompanhamento jurídico que busca evitar que a mulher volte à situação de vítima, informando a mesma sobre seus direitos e sobre os instrumentos jurídicos e medidas protetivas para evitar a situação de violência, além de orientação no acompanhamento de procedimentos administrativos de natureza policial ou judiciais;

IV — atividades de prevenção realizadas através de: conhecimento sobre a dinâmica, tipos e o impacto da violência contra a mulher, sendo estes elementos essenciais para a desestruturação de preconceitos que fundamentam a discriminação e a violência contra a mulher; prestação de informações sobre os procedimentos utilizados no CRAM e os serviços que integram a rede de atendimento, o que permitirá que os serviços sejam conhecidos efetivamente por suas beneficiárias diretas; sensibilização por meio de oficinas, palestras e outras atividades afins; realização de contato com a comunidade e/ou imprensa local fazendo referência apenas à situação da violência contra a mulher em seus aspectos gerais e não individuais; realização de todas as atividades do CRAM assegurando o sigilo das informações e o respeito pela privacidade de suas usuárias;

V — articulação da rede de atendimento local sendo que os serviços prestados no CRAM devem se articular com os serviços e os organismos governamentais e não-governamentais que integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, para que o atendimento seja qualificado e humanizado, contando, sempre com a presença de uma profissional que atue como referência para a prestação de informações que a mulher vítima de violência necessite ter conhecimento para o pleno exercício de todos seus direitos e deveres;

VI — levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra a mulher, o que deve incluir dados referentes aos atendimentos realizados no CRAM (resguardado sigilo e a privacidade), que após coletados devem ser enviados aos órgãos gestores municipais, estaduais e federais responsáveis pela implementação da política de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher e que servirão para avaliação do serviço, fortalecimento ou redirecionamento das políticas públicas locais.

§ 2º O atendimento no CRAM deverá ser feito de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

§ 3º Serão atendidas junto ao CRAM todas as pessoas das quais o aspecto psíquico ou comportamental seja feminino, compreendendo-se estas como público-alvo das ações descritas na presente Lei.

Art. 106B. A gestão do CRAM está vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do Departamento de Proteção Social Especial, ao qual caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização.

§ 1º A execução dos serviços prestados junto ao CRAM será realizada por entidades parceiras, que deverão garantir equipe técnica mínima composta por 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) assistente social, 01 (uma) advogada e 01 (uma) assistente administrativa e, caso haja a necessidade por conta do número de atendimentos, tal equipe poderá ser ampliada a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

§ 2º As entidades de que trata o § 1º, retro, deverão ter natureza socioassistencial e estar devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social — CMAS.

§ 3º A Prefeitura do Município de Piracicaba fica autorizada a celebrar convênios com entidades de direito público e/ou entidades de direito privado, sem fins lucrativos e a efetuar repasses de recursos do erário municipal, visando o desenvolvimento das atividades relativas ao Servico de que trata esta Lei.

§ 4º Para a realização das ações do CRAM, o Município de Piracicaba poderá promover a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se facam pecessários

§ 5º A Prefeitura do Município de Piracicaba poderá locar imóveis para a implantação do Serviço ou, ainda, permitir o uso de imóveis públicos.

Art. 106C. As despesas decorrentes da execução do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência — CRAM correrão por conta das dotações orçamentárias nº 09731 – 08.244.0014.2348 – 335043, 339036, 339039, 449052, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, vigentes para o exercício de 2.015 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente, se necessário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

# EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Egrégia Câmara,

Encaminhamos para apreciação dos Nobres Edis projeto de lei que "acresce dispositivos à Lei nº 6.246/08, a fim de instituir o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM no Município de Piracicaba e dá outras providências".

A violência contra a mulher remonta aos primórdios da organização social humana e ocorre principalmente em espaços privados, não sendo divulgada publicamente. A mulher durante muito tempo esteve circunscrita ao espaço do lar com papéis bem determinados: esposa e mãe. Vítimas de processos históricos de exclusão social, discriminação e violência dentro de suas próprias residências, as mulheres muitas vezes não dispunham de meios nem mesmo para identificar a agressão como tal.

É importante ressaltar que a violência é um componente que faz parte da história de vida de muitas mulheres, que ocorre desde a infância por parte de familiares, especialmente do sexo masculino e posteriormente sendo reeditada pelo companheiro.

O patriarcado é um conceito utilizado por algumas vertentes do movimento feminista para se referir a um sistema de dominação e exploração das mulheres, marcado por uma ideologia machista construída histórica e socialmente, que condiciona o homem a dominar e a mulher a subjugar-se a essa dominação.

Assim, a violência contra a mulher é uma consequência desse processo de socialização machista, ocorrendo principalmente, quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento submisso que se espera delas (CAMURÇA, 2007).

No Brasil, a partir de 1930, muitas mulheres passaram a trabalhar fora do lar e começaram a buscar outros espaços de inserção social, inclusive corno força produtiva, tornando-se assim mais expostas socialmente. Essa exposição também contribuiu para a luta por ampliação de direitos e participação social.

Entretanto, o questionamento dos lugares sociais assumidos pelo masculino e feminino, que anteriormente eram muito bem estabelecidos nas relações, abriu possibilidades para conflitos, muitas vezes encarados de forma violenta.

O preconceito enraizado contra mulheres que sofrem violência, muitas vezes transformam as vítimas em rés. Essas situações se confirmam quando as mulheres são culpabilizadas, por homens e por outras mulheres, em um conflito entre a tentativa de emancipação e o sofrimento imposto nas relações de submissão.

A midiatização pode corroborar com a violência quando a utilização da imagem do homem e da mulher tende a reafirmar os papéis sociais tradicionalmente destinados a cada um. No entanto, é importante questionar o mito de que a mulher é a única prejudicada pela cultura machista, uma vez que os homens também estão sujeitos aos efeitos dos lugares sociais preestabelecidos por essa cultura, cuja rigidez pode impedi-los de viver plenamente suas potencialidades e subjetividades.

Compreender a conjuntura na qual a violência ocorre e o significado que assume é uma diretriz fundamental para a atuação dos profissionais no atendimento à mulher em situação de violência, isso porque diversas peculiaridades envolvem a mulher que chega à rede. Por exemplo: parte dessas mulheres não busca necessariamente a separação de seus parceiros, inclusive, muitas delas relatam não se sentirem inferiorizadas ou na posição de vítimas da violência conjugal, ou seja, não reconhecem as situações vivenciadas com os parceiros como violência.



O rompimento do ciclo da violência induz à necessidade de ressignificação dos processos de humilhação perpetuados. Para muitas mulheres, os mitos que envolvem a família, o casamento e a maternidade serão ameaçados caso a separação do agente de agressão ocorra.

Além disso, em muitos casos, qualquer projeto vislumbrado para além da situação de violência pode trazer consigo sentimentos de ameaça e insegurança, calcados ao longo do tempo por sucessivas agressões físicas, morais, psicológicas e patrimoniais.

Há situações em que a violência tem sido utilizada como única possibilidade de comunicação entre os pares, inseridos em uma cultura que pouco estimula o diálogo e a expressão adequada de sentimentos, principalmente por parte dos homens.

Desta forma, o ciclo de violência se perpetua pelas constantes promessas de mudança por parte do companheiro e o desejo da mulher de que essa mudança aconteça, uma vez que há um vínculo afetivo na relação em questão.

Nesses casos, também podem surgir diversas formas de sofrimento psíquico que incluem o uso massivo de álcool e drogas, que compromete sua saúde mental e interfere em sua autonomia. É preciso considerar ainda o fato de que a violência atinge toda a família e, especialmente os filhos, o que evidencia a necessidade de uma intervenção ampliada.

A violência contra a mulher em todas as suas formas é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Faz-se necessário, portanto, que o Estado brasileiro adote políticas públicas acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa.

Sendo assim, desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática.

A promulgação da Lei Maria da Penha e a publicação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher são políticas que demonstram a iniciativa de enfrentamento da violência contra a mulher por parte do Estado.

Outra importante iniciativa de enfrentamento da violência contra a mulher é a Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180, que foi criada em novembro de 2005 para orientar as mulheres em situação de risco e de violência sobre seus direitos e onde buscar ajuda, bem como para auxiliar no monitoramento da Rede de Atenção à Mulher em todo o país.

Contudo, cabe destacar que as mulheres estão sujeitas a:

Violência intrafamiliar ou violência doméstica: ocorre em casa, no ambiente doméstico ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação. Geralmente é praticada por um membro da família que vive com a vítima. As agressões domésticas incluem: abusos físicos, sexual e psicológico, negligência e abandono:

Violência sexual: Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos:

Violência psicológica: ato causador de danos à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal e emocional da mulher. Pode se expressar pela tentativa de controlar suas ações e valores por meio de intimidação, manipulação, ameaças dirigidas à mulher ou aos filhos. Pode ser impingida por humilhação, isolamento social e familiar, rejeição, exploração e agressão verbal, que podem danificar a motivação, a autoimagem e a autoestima;

Violência patrimonial: danos, perdas, subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher configuram esse tipo de violência; Violência moral: ação que visa à calúnia, à difamação ou injúria contra a reputação da mulher;

Violência física: ato de provocar lesões corporais provocadas por qualquer acão que ponha em risco a integridade física da mulher.

Assim, é muito importante implementar ações públicas para conter essa situação de violência e, neste sentido é que estamos propondo a criação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência — CRAM com o objetivo de disponibilizar à população piracicabana um local de referência no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e no combate às diversas violências por elas sofridas.

Além do mais, esta ação vem de encontro com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de 2006, da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República, que orienta sobre a estrutura essencial para implantação deste serviço de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Desta forma, como haverá despesas para o orçamento municipal, estamos encaminhando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de ordenador de despesas para análise dos Nobres Edis, em atendimento ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, diante dos argumentos acima elencados é que solicitamos aos Nobres Vereadores que aprovem a presente propositura por UNANIMIDADE!

Piracicaba, em 16 de novembro de 2015

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ANÁLISE Nº.: 24 / 2015

ASSUNTO: SEMDES / CENTRO DE REF. ATEND. MULHER EM SIT. VIOLÊNCIA - CRAM

EXPEDIENTE : PROJETO DE LEI

INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL

O PRESENTE TEM POR OBJETIVO RESPONDER À SOLICITAÇÃO, FRENTE AOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 (L.R.F.). EM ANEXO, A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÂNIO-FINANCEIRO CONFORME ARTIGOS 14, 16 E 17 DA REFERIDA LEI.

PIRACICABA, 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP

## ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

## ESPECIFICAÇÃO

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

✓ GERAÇÃO DE DESPESA

OBJETIVO

ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº. 6.246/2008, A FIM DE INSTITUIR O CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER EM STUAÇÃO DE VIDIÊNCIA - CRAM NO MUNICÍPIO DE PIRACICADA E DÁ QUITAS PROVIDÊNCIAS.

## COMPATIBILIDADE ENTRE AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ENTIDADE PREFEITURA
ORGÃO 09730 - PUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 09731 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL - REC.MUN. FUNÇÃO 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUBLUNÇÃO 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROCHAMA : 0014 - FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIA

PROJETO / ATIVIDADE 2.348.0000 - PSE- AC- ACOLHIMENTO MULHER VITIMA DE VIOLENCIA
NATUREZA DA DESPESA 3.3.50.43 - SUBVENCOES SOCIAIS
3.3.90.36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
RSO 0101 - FONTE TESOURO

FONTE DE RECURSO 0101 - FONTE TESOURO

2015 2016 2017

215,000,00 225,000,00 235,000,00

SPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA ( EM R\$ ):

SALDO ATUAL 215.000,00 Pág. 2 / 4
SALDO APÓS IMPACTO 0,00

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORCAMENTÁRIO-FINANCEIRO

# DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO

REVISÃO FINANCEIRA	2015	2016	2017
SALDO FINANCEIRO ANTERIOR	42.000.000,00	73.862.079,00	39.475.205,00
TRANSF. FINANCEIRAS (ADM. INDIRETA)	-17.500.000,00	-74.051.800,00	-82.315.030,00
SALDO ATUAL	24.500.000,00	-189.721,00	-42.839.825,00
REVISÃO ORÇAMENTÁRIA - LDO 2015			
RECEITAS	1.128.772.220,00	1.218.903.260,00	1.314.602.614,00
DESPESAS  ESULTADO PROJETADO  RESULTADO ORÇAMENTÂRIO	-1.082.195.141,00 -46.577.079,00	-1.183.513.334,00 35.389.926,00	-1.273.363.735,00 41.238.879,00
ESULTADO PROJETADO			
ESULTADO PROJETADO  RESULTADO ORÇAMENTÁRIO  RESULTADO FINANCEIRO  APACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	46.577.079,00	35.389.926,00	41.238.879,00
ESULTADO PROJETADO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO RESULTADO FINANCEIRO	46.577.079,00	35.389.926,00	41.238.879,00
ESULTADO PROJETADO  RESULTADO ORÇAMENTÁRIO  RESULTADO FINANCEIRO  4PACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO  SEMDES / CENTRO DE REF, ATEND, MULHER EM	46.577.079,00 71.077.079,00	35.389.926,00 35.200.205,00	41.238.879,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO INFORMAÇÕES ADICIONAIS A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2015. ORIGEM DOS RECURSOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO ✓ REDUÇÃO DE DESPESAS; SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ( INICIAL ) ...... MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ( DISPONÍVEL ) -9.355.368,00 FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS (ART. 14 A 17 DA LRF) APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, AUMENTO DE TRIBUTO; ✓ CRESCIMENTO ECONÓMICO. ADEQUAÇÃO ÀS METAS FISCAIS: RESULTADO PRIMÁRIO ( APÓS IMPACTO ) ..... 36,887,579,00 ANALISE QUANTO AOS ÍNDICES DE DESPESA COM PESSOAL O ÍNDICE PROJETADO DA DESPESA COM PESSOAL, SE CONSIDERADO O OBJETO DO PRESENTE IMPACTO, <u>NÃO ATINGE</u> O LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. A DESPESA POSSUI SALDO ORÇAMENTÁRIO SUFICIENTE, NÃO CAUSA DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, NÃO AFETA AS METAS FISCAIS E NÃO AFETA SIGNIFICATIVAMENTE AS DESPESAS COM PESSOAL DE FORMA A INFRINGIR A LRF, LOGO,

#### PROJETO DE LEI

Autoriza o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO ILUMINA, visando estabelecer e regulamentar parceria para a execução do Projeto Ilumina Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO ILUMINA, visando estabelecer e regulamentar parceria para a execução do Projeto Ilumina Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer.

§ 1º Os objetivos específicos do convênio e as obrigações das entidades constam da inclusa minuta, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

§ 2º Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem a efetivar os objetivos do referido convênio de que trata esta Lei, o Município de Piracicaba promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se façam necessários.

Art. 2º Fica a Prefeitura do Município de Piracicaba autorizada a repassar à ASSOCIAÇÃO ILUMINA, entidade sem finalidade econômica, inscrita no CNPJ sob nº 10.281.182/0001-70, recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Saúde no montante de R\$ 112.094,40 (cento e doze mil, noventa e quatro reais e quarenta centavos) anuais, conforme cronograma de desembolso a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde. Parágrafo único. As despesas de que trata o caput do presente artigo, se darão através das dotações orçamentárias nº 14011 – 10.301.0010.2190.0000 – 335039, da Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício de 2.015 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas oportunamente, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

# EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Egrégia Câmara,

Pág. 3 / 4

Encaminhamos à apreciação dos Nobres Edis projeto de lei que "autoriza o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO ILUMINA, visando estabelecer e regulamentar parceria para a execução do Projeto Ilumina Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer e dá outras providências".

Preliminarmente, cabe esclarecer que a presente propositura visa repassar recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde para auxílio do Projeto Ilumina Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer, projeto este que já vem sendo executado pela Associação com recursos próprios, atendendo basicamente usuários do Sistema Único de Saúde, sendo que 90% deles são encaminhados pelos PSFs e UPAs.

Assim, importante destacar que o trabalho realizado pela Associação se destina ao atendimento de pacientes em fase pré-diagnóstica ou diagnosticados com câncer, com atuação em serviços de baixa complexidade, tais como: consultas, realização de curativos pós-cirúrgicos, acolhimento, tratamento, sessões de terapia, todos estes serviços realizados por equipe multidisciplinar, integrada por profissionais das diferentes áreas e especialidades médicas que atuam em conjunto de forma a identificar e solucionar os problemas que afetam o paciente que procura o sistema público de saúde.

Neste sentido importante destacar a importância deste serviço, pois as atividades desenvolvidas pela Associação Ilumina vêm de encontro às necessidades do Município, já que o câncer é um problema mundial de saúde que nas últimas décadas só tem crescido. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde — OMS estima-se que até 2.030 ocorram cerca de 27 milhões de novas incidências da doença e cerca de 17 milhões de óbitos. A OMS estima que 75 milhões de pessoas viverão com a doença, a maioria, proveniente de países de baixa e média renda.



No Brasil, a estimativa é de aumento de 38,1% de novos casos ao longo da década, passando para mais de 500 mil novos casos em 2.020. Fatores como a urbanização da população, os avanços da ciência e tecnologia, os novos estilos de vida, o crescimento da população, bem como seu envelhecimento devido à redução da mortalidade infantil e a diminuição da ocorrência de doenças infectocontagiosas dão subsídio a essa estimativa levando a classificar o câncer como um problema de saúde pública.

Neste sentido, nossa cidade precisa subsidiar com recursos públicos ações como a da Associação Ilumina de forma a tratar a doença em pacientes atendidos pela Rede Pública Municipal de Saúde, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida e combater a doença de forma mais qualificada e eficiente.

Cabe destacar, também, que a Associação Ilumina é entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública municipal através da Lei nº 7.555, de 01 de março de 2.013 e renovada através do Decreto nº 16.337, de 01 de setembro de 2.015, tendo sido fundada em 2008 e oferecendo gratuitamente atendimentos multidisciplinares integrados para a população de Piracicaba e Região na área oncológica.

A missão da Associação Ilumina é prestar serviços e assistência integral, humanizada e multidisciplinar com acesso irrestrito aos cidadãos, garantindo a conscientização sobre a importância da prevenção do câncer assim como o tratamento da doença em seus estágios iniciais. Nas fases mais avançadas, é papel da Ilumina dar apoio aos pacientes e familiares. Para tanto, a instituição conta com o Núcleo de Acompanhamento Multidisciplinar que realiza os seguintes serviços e atividades: 1. Ambulatório médico oncológico nas especialidades: mastologia; cabeça e pescoço; torácico; oncologia geral, e infantil; enfermagem; 2. Orientação e apoio à nutrição; 3. Fonoaudiologia 4. Psicologia; 5. Fisioterapia; 6. Serviço social; 7. Odontologia; 8. Cuidados paliativos; 9. Tratamento antitabagismo; 10. Grupo de apoio ao paciente com câncer e familiares; 11. Núcleo de prevenção; 12. Capacitação e educação continuada em câncer; 13. Voluntariado.

Atualmente são realizados, em média, 1.100 atendimentos/mês com o objetivo de garantir e aumentar o rastreamento de câncer reduzindo as taxas de mortalidade, através de diagnóstico precoce e de tratamento em tempo hábil, uma vez que a doença tem potencial de rápido avanço.

Ainda que com as limitações atuais, as ações primárias de conscientização da doença e do tratamento feitas rotineiramente pela equipe multidisciplinar da llumina têm contribuído enormemente para reduzir as internações hospitalares, mantendo o paciente no seu núcleo familiar com melhor qualidade de vida, e menos custo ao erário público.

Desta forma, como haverá despesas para o orçamento municipal, estamos encaminhando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de ordenador de despesas para análise dos Nobres Edis, em atendimento ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, Nobres Edis, visando contribuir com a melhoria da qualidade de vida de parcela da população que se encontra acometida pelo câncer é que solicitamos dessa Egrégia Casa de Leis a aprovação da presente propositura por UNANIMIDADE!

Piracicaba, 16 de novembro de 2015

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

# (MINUTA)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PIRACICABA/ SP, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO ILUMINA, VISANDO ESTABELECER E REGULAMENTAR PARCERIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO ILUMINA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER.

O MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP, com sua sede administrativa inscrita no CNPJ sob nº 46.341.038/0001-29 e localizada na Rua Cap. Antônio Corrêa Barbosa, nº 2.233 - Bairro Chácara Nazareth, em Piracicaba, Estado de São Paulo e representado pelo Prefeito Municipal, GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF no 991.245.488-04 e do RG no 5.067.036-0 e pelo Secretário Municipal de Saúde, PEDRO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF . e do RG nº ....., doravante denominado SMS e a ASSOCIAÇÃO ILUMINA, entidade privada sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 10.281.182/0001-70, com sua sede localizada na Avenida Independência, nº 171 – Centro, em Piracicaba/SP, neste ato representada .. (qualificação completa), doravante pelo seu presidente denominada ILUMINA, RESOLVEM celebrar este Convênio, de acordo com a autorização contida na Lei Municipal nº conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto do presente convênio viabilizar o atendimento a pacientes em fase pré-diagnóstica ou diagnosticados com câncer. Isso significa o atendimento a pacientes de baixa complexidade. Caberá à Prefeitura efetuar o encaminhamento e à ILUMINA oferecer o atendimento médico, assim como, conforme o caso, fornecer acesso dos pacientes aos seus dois programas de apoio. Os custos do atendimento serão remunerados pela Prefeitura, conforme tabela SUS, sendo que os repasses serão feitos conforme previsto no Cronograma de Desembolso aprovado pelas partes.

# CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO ALVO

2.1. Os atendimentos serão oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde, de todas as faixas etárias, gêneros e etnias com suspeita de câncer ou em busca de diagnóstico, usuários com câncer diagnosticado e usuários com predisposição ao câncer por histórico familiar ou hábitos, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, através de suas unidades.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES DAS PARTES

- 3.1. São obrigações da SMS:
- 3.1.1. Selecionar e encaminhar os pacientes que atendam aos requisitos descritos neste convênio encaminhando-os à ILUMINA para atendimento;
- 3.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste convênio;
- 3.1.3. Documentar as ocorrências havidas na execução do objeto;
- 3.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que a ILUMINA possa cumprir com suas obrigações pactuadas neste convênio;

- 3.1.5. Efetuar o repasse de recursos públicos à ILUMINA, nos termos do Cronograma de Desembolso;
- 3.1.6. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto do convênio que venham a ser solicitados pela ILUMINA;
- 3.2. São obrigações da ILUMINA a realização dos seguintes serviços: consultas, curativos pós-cirúrgicos, acolhimento, tratamento (de baixa complexidade), sessões de terapia, conforme descrição abaixo:

Atendimento Médico Ambulatorial Oncológico — consultas e seguimento nas áreas de Mastologia, Ginecologia Oncológica, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica, Cirurgia de Pele, Cirurgia Oncológica Infantil e Cirurgia Oncológica Geral em outros tipos câncer, Clinica de dor oncológica (acupuntura).

Ambulatório de Enfermagem Oncológica — disponibilização de profissional com especialização em oncologia para a realização de curativos acompanhando a evolução da ferida/cicatriz, sob supervisão do médico (o mesmo que fez a consulta e a cirurgia do paciente).

Ambulatório de Enfermagem em Ostomia — disponibilização de profissional especializado em ostomia para fazer a avaliação do paciente com estoma, compreendendo a mensuração do estoma, reconhecimento de alterações do estoma e da área periestoma, adaptação e trocas de dispositivos coletores dos excrementos, apoio emocional e ações de educação em saúde aos pacientes e seus familiares.

Atendimento Multidisciplinar em Oncologia — disponibilização de profissionais da área de Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia acionados pelo médico para fazer o acolhimento, tratamento e acompanhamento dos pacientes durante sua permanência no ambulatório médico da Ilumina, a fim de estimular uma resposta positiva ao tratamento, atuando como coadiuvantes para o enfrentamento da doenca.

3.2.1. Caberá à ILUMINA, além da prestação dos serviços acima descritos, a manutenção dos seguintes Programas a serem ofertados aos pacientes encaminhados pela SMS:

Amigos da Saúde — Grupo terapêutico com no máximo 15 (quinze) pessoas que recebem acompanhamento com psicólogos, nutricionista e assistente social, que conscientizam sobre a melhoria da qualidade de vida durante o diagnóstico e tratamento dos pacientes com câncer e de seus familiares;

Grupo Antitabagismo — Terapia em grupo com no máximo 15 (quinze) pessoas, com médico, fonoaudiólogo e psicólogo para cessação do tabagismo. Os grupos ficam 12 (doze) meses sob a orientação dos profissionais.

- 3.2.2. Os serviços descritos nos itens 3.2 e 3.2.1 deverão ser prestados pela ILUMINA conforme cronograma de atividades a ser estabelecido entre as partes, o qual deverá conter o número de atendimentos a serem realizados e a forma pormenorizada de sua execução;
- 3.2.3. Caberá à ILUMINA, ainda:
- 3.2.3.1. Aplicar no objeto deste convênio os recursos públicos repassados, conforme Cronograma de Atividades previamente aprovado pela SMS;
- 3.2.3.2. Disponibilizar pessoal habilitado e capacitado para o atendimento dos pacientes encaminhados pela SMS;
- 3.2.3.3. Manter-se, durante toda a execução deste convênio, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 3.2.3.4. Comunicar à SMS qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados:
- 3.2.3.5. Respeitar rigorosamente, durante o período de vigência do convênio, as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente, devendo observar também os requisitos de qualidade, determinados pela SMS, através do setor responsável pela fiscalização, aprovação e liberação do objeto deste convênio;
- 3.2.3.6. Responder pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, durante a execução deste convênio e em razão do mesmo, seja diretamente ou por seus empregados;
- 3.2.3.7. Respeitar normas e procedimentos emanados do Sistema de Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas aplicáveis aos convênios e repasse de recursos públicos, bem como aqueles decorrentes da legislação federal, estadual ou municipal:
- 3.2.3.8. Executar o objeto descrito neste convênio obedecendo às especificações descritas no Cronograma de Atividades;
- 3.2.3.9. Os funcionários da ILUMINA devem estar cientes de que não manterão qualquer vínculo empregatício com a SMS, devendo a entidade se responsabilizar por todas as despesas decorrentes da contratação destes e outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras porventura venham a ser criadas e exigidas pelo poder público;
- 3.3. É vedado à ILUMINA a veiculação de publicidade acerca deste convênio, salvo se houver prévia autorização da SMS.

# CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

- 4.1. O prazo de vigência deste convênio é de ...... (...........) meses, a contar da data de sua assinatura.
- 4.2. O prazo de vigência mencionado no item anterior poderá ser prorrogado, mediante aditamento, desde que haja interesse da SMS e acordo entre as partes.
- 4.3. Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, em virtude de inadimplência de quaisquer das cláusulas anteriores ou por outro motivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com comunicado por escrito à parte contrária, respeitados eventuais trabalhos em andamento.

# CLÁUSULA QUINTA – DOS CUSTOS OPERACIONAIS

- 5.2. Os recursos deste convênio, desembolsados pela SMS, deverão ser mantidos, aplicados em conta específica para este fim, em instituição bancária e em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias, sendo que os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do convênio e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, como forma de facilitar a prestação de contas devida.
- 5.3. A aplicação dos recursos deste convênio deverá se dar exclusivamente nas ações previstas e autorizadas pelo Cronograma de Execução das Atividades e Desembolso.

## CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1. A ILUMINA fica obrigada a encaminhar a Prestação de Contas dos recursos recebidos de que trata a cláusula anterior, na forma solicitada pelo Controle Interno Municipal, dentro das normas e exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 6.2. A Prestação de Contas Final será apresentada à SMS no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término da vigência do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.
- 6.3. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome da ILUMINA, devidamente identificados com o número do convênio e deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- 7.1. A ILUMINA compromete-se a restituir o valor transferido pela SMS, atualizado na forma legislação em vigor, nos casos a seguir descritos, sem prejuízo das sanções, administrativas e judiciais cabíveis:
- 7.1.1. Inexecução do objeto;
- 7.1.2. Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos;
- 7.1.3. Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no convênio;
- 7.1.4. Irregularidade que resulte em prejuízo ao erário público.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A publicação resumida deste convênio no Diário Oficial do Município de Piracicaba deverá ser providenciada dentro do prazo máximo até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a sua celebração.
- 8.2. Aplicam-se a este convênio as normas previstas na Lei Municipal nº ...... e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas respectivas alterações.
- 8.3. As partes elegem o foro da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir possíveis questões surgidas em razão deste convênio, não resolvidas administrativamente entre as partes.

E, por estarem as partes de acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nome:	Nome:
Testemunhas:	
•	
Presidente ASSOCIAÇÃO ILUMINA	••••
PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Saúde	
Prefeito Municipal	
GABRIEL FERRATO DOS SANTOS	
Piracicaba,	
(quatro) vias de igual teor e forma, na presen	ça das tester

Р	REFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
ANÁLISE Nº. :	25 / 2015
ASSUNTO:	CONVÊNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA
EXPEDIENTE :	PROJETO DE LEI
INTERESSADO:	PROCURADORIA GERAL

O PRESENTE TEM POR OBJETIVO RESPONDER À SOLICITAÇÃO, FRENTE AOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 (L.R.F.). EM ANEXO, A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÂRIO-FINANCEIRO COMPORME ARTIGOS 14, 16 E 17 DA REFERIDA LEI.

PIRACICABA, 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

P40. 1./ 4

A PREVISÃO NA LDO CONSTA	(M) NA(S)	AÇÃO(	ŎES) Nº 190
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:			
ENTIDADE			PREFEITURA
ÓRGÃO			14010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			14011 - MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SAUDE
FUNÇÃO			10 - SAUDE
SUBFUNÇÃO			301 - ATENCAO BASICA
PROGRAMA			0010 - PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE
PROJETO / ATIVIDADE			2.190.0000 - CONVENIOS COM ENTIDADES DE APOIO A SAUDE
NATUREZA DA DESPESA			3.3.50.39 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS-P. JURIDICA
FONTE DE RECURSO			0101 - FONTE TESOURO

2015	2016	2017
113.000,00	120.000,00	125.000,00

ISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA ( EM R\$ ):

SALDO ATUAL 11:

113.000,00 0,00 Pág. 2 / 4



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

#### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO

REVISÃO FINANCEIRA	2015	2016	2017
SALDO FINANCEIRO ANTERIOR	42.000.000,00	73.749.079,00	39.242.205,00
TRANSF. FINANCEIRAS (ADM. INDIRETA)	-17.500.000,00	-74.051.800,00	-82.315.030,00
SALDO ATUAL	24.500.000,00	-302.721,00	-43.072.825,00
REVISÃO ORÇAMENTÁRIA - LDO 2015			
RECEITAS	1.128.772.220,00	1.218.903.260,00	1.314.602.614,00
DESPESAS	-1.082.410.141,00	-1.183.738.334,00	-1.273.598.735,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	46.362.079,00	35.164.926,00	41.003.879,00
ESULTADO PROJETADO			
RESULTADO FINANCEIRO	70.862.079,00	34.862.205,00	-2.068.946,00
MPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA	-113.000,00	-120.000,00	-125,000,00
CONVÊNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE /	0,01%	0,01%	<b>-125.000,00</b> 0,01%
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA			
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM %	0,01%	0,01%	0,01%
CONVENIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA IMPACTO ORÇANENTÁRIO - EM % IMPACTO FINANCEIRO - EM %	0,01%	0,01%	0,01%
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM % IMPACTO FINANCEIRO - EM % ONTES DE COMPENSAÇÃO	0,01%	0,01%	0,01%
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM % IMPACTO FINANCEIRO - EM % ONTES DE COMPENSAÇÃO AUMENTO DE RECEITAS	0,01% 0,01%	0,01% 0,01%	0,01% 0,01%
CONVÉNIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ASSOCIAÇÃO ILUMINA IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM % IMPACTO FINANCEIRO - EM % ONTES DE COMPENSAÇÃO AUMENTO DE RECEITAS DIMINUÇÃO DE DESPESAS	0,01% 0,01%	0,01% 0,01%	0,01% 0,01%

Pág. 3 / 4

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

INÍCIO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

A FARTIR DE NOVEMBRO DE 2015.

ORIGEN DOS RECURSOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO:

APROVETAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO;

✓ REDUÇÃO DE DESPESAS;

✓ SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

-34.468.368,00 -9.468.368,00

36,774,579,00

FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS (ART. 14 A 17 DA LRF);

APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTE

- AUMENTO DE TRIBUTO;
- ✓ CRESCIMENTO ECONÔMICO;
- REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA

ADEQUAÇÃO ÀS METAS FISCAIS:

QUAÇÃO ÀS METAS FISCAIS:

RESULTADO PRIMÁRIO ( LDO 2015 ) ...

RESULTADO PRIMÁRIO ( APÓS IMPACTO )

ANÁLISE QUANTO AOS ÍNDICES DE DESPESA COM PESSOAL:

C INDICE PROJETADO DA DESPESA COM PESSOAL, SE CONSIDERADO O OBJETO DO PRESENTE IMPACTO, **MÃO ATLINGE** O LIMITE DE 51% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

A DESPESA POSSUI SALDO ORÇAMENTÁRIO SUFICIENTE, NÃO CAUSA DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, NÃO AFETA AS METAS FISCAIS E NÃO AFETA SIGNIFICATIVAMENTE AS DESPESAS COM PESSOAL DE FORMA A INFRINGIR A LRF, LOGO, DOSSUI CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO.



# PROJETO DE LEI

Autoriza o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação a celebrar convênio com a Associação da Orquestra Sinfônica de Piracicaba, visando o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades didáticas na área de educação musical, para alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

- Art. 1º Fica o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a celebrar convênio com a Associação da Orquestra Sinfônica de Piracicaba, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 96.511.266/0001-78, visando o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades didáticas na área de educação musical para alunos da Rede Municipal de Ensino.
- § 1º Os objetivos específicos do convênio e as obrigações constam da inclusa minuta, que fica fazendo parte integrante desta Lei.
- § 2º Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem a efetivar os objetivos do convênio de que trata esta Lei, o Município de Piracicaba promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se façam necessários.
- Art. 2º Fica o Município de Piracicaba autorizado a repassar o montante de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) anuais, conforme projeto apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, condicionado este repasse sempre à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto.
- Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias nº 07011 12.365.0008.2292 335039 e 07011 12.361.0008.2293 335039, da Secretaria Municipal de Educação, vigente para o exercício de 2.015 e suas respectivas para os próximos exercícios, sublementadas, oportunamente, se necessário.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

## EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Egrégia Câmara,

Encaminhamos para apreciação dos Nobres Vereadores projeto de lei que "autoriza o Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação a celebrar convênio com a Associação da Orquestra Sinfônica de Piracicaba, visando o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades didáticas na área de educação musical, para alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências".

Primeiramente, importante esclarecer que a Associação da Orquestra Sinfônica de Piracicaba se constitui em instituição sem fins lucrativos, criada há mais de 100 anos e que tem por objetivos estatutários a promoção social, visando à inclusão do ser humano na sociedade, através da realização de atividades culturais de interesse público.

Nesse sentido, o convênio solicitado é necessário para que a Secretaria Municipal de Educação possa desenvolver projetos de educação musical para alunos da Rede Municipal de Ensino, em parceria com a Associação, contribuindo para o pleno desenvolvimento do educando, conforme determinam as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, especialmente em seu art. 26, quando prevê que a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular.

O repasse de recursos será uma alternativa muito importante para que a Rede Municipal de Ensino possa atender de forma mais plena as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, as quais ratificam a obrigatoriedade do cumprimento da LDB, assegurando o direito dos alunos à educação de qualidade.

Ressaltamos que o projeto "ABC do Dó Ré Mi", proposto pela Associação, se constitui em uma série de espetáculos didáticos mensais, a serem realizados por grupo de 18 membros, um maestro e um ator e que visa introduzir as crianças da Rede Municipal de Ensino no universo da orquestra e seus instrumentos, com 50 minutos de duração.

Importante salientar, também, que estamos encaminhando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas, nos moldes do disposto na Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Portanto, diante da grande contribuição oferecida pela Associação da Orquestra Sinfônica de Piracicaba ao nosso Município é que solicitamos dessa Egrégia Casa de Leis a aprovação, por UNANIMIDADE, do projeto em tela.

Piracicaba, em 16 de novembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRACICA-BA E A ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFONICA DE PIRACICABA, VISANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESEN-VOLVIMENTO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO MUSICAL PARA ALUNOS DA REDE MUINICIPAL DE ENSINO.

# CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- O objeto do presente convênio consiste na execução de atividades didáticas de educação musical para alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme projeto(s) apresentado(s) e aprovado(s) pela Secretaria Municipal de Educação.
- 1.2. Para cada projeto ou atividade a ser desenvolvida, dentro do presente convênio, será assinado um termo aditivo que descreverá, em detalhe, o referido trabalho.
- 1.2. A descrição de que trata o item anterior conterá, pelo menos, os seguintes itens:
- a) justificativa e objetivo do trabalho;
- b) nome do executor responsável pela supervisão e gerência do trabalho;
- c) descrição das etapas do desenvolvimento do trabalho;
- d) datas de início e prazos de cada uma das etapas;
- e) recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho;
- f) orçamento e fonte de recursos e definição do índice de reajuste dos valores orçados;
- g) cronograma de desembolso dos recursos;
- h) cláusulas específicas relativas à extinção, suspensão ou interrupção do trabalho estabelecido no termo aditivo;
- i) outros pormenores que se fizerem necessários para a perfeita execução do trabalho estabelecido no termo aditivo.

# CLAUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1 As responsabilidades das partes encontram-se descritas neste instrumento e serão complementadas nos termos aditivos, se houver necessidade. 2.2 Para execução das ações e atividades previstas neste instrumento e em seus Termos Aditivos, a ENTIDADE fornecerá recursos humanos e materiais e o MUNICÍPIO, por sua vez, repassará os recursos financeiros necessários ao custeio, de acordo com o valor do projeto e cronograma de desembolso que ficará fazendo parte integrante deste convênio.

- 2.3 Caberá ao MUNICÍPIO, especificamente, repassar os recursos financeiros previstos nos termos aditivos, conforme valor previsto no projeto e cronograma de desembolso e respeitadas as previsões constantes da Lei nº ....... e dos orçamentos públicos em vigor.
- 2.4. Caberá ao MUNICÍPIO, ainda, a fiscalização da execução dos serviços, visando zelar pela boa aplicação dos recursos municipais, bem como a análise das prestação de contas apresentadas.
- 2.5. Caberá a ENTIDADE:
- 2.5.1. utilizar os recursos repassados exclusivamente para a implementação e desenvolvimento do projeto apresentado, não utilizado, em hipótese alguma, para despesa de custeio da ENTIDADE.
- 2.5.2. prestar contas dos valores despendidos provenientes do erário municipal ou caso não tenha utilizado todo valor, informar ao MUNICÍPIO acerca do estorno dos valores não comprometidos.
- 2.5.3. permitir que o MUNICÍPIO acompanhe e fiscalize a execução dos serviços por pessoa a ser designada pela Secretaria Municipal de Educação.

## CLAÚSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 3.1. O CONVENIADO fica obrigado a encaminhar a prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula segunda, observando as normas específicas do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 3.2. A prestação de contas será apresentada à Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.
- 3.2. Os recursos municipais deverão ser aplicados em conta específica e enquanto não utilizados pelo CONVENIADO serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sendo certo que os valores resultantes de tais aplicações deverão ser utilizados no objeto do presente convênio.
- 3.3. O descumprimento do disposto no item anterior obrigará a ENTIDADE a efetuar a reposição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança, a partir da sua liberação até o efetivo depósito em favor do MUNICÍPIO.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência do presente convênio será de .... (......), a contar da data de sua assinatura.
- 5.2. O prazo de vigência mencionado no item anterior poderá ser prorrogado, mediante aditamento, desde que haja interesse e acordo entre as partes.
- 5.3. Este convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, em virtude de inadimplência ou descumprimento das cláusulas pactuadas, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitado eventuais trabalhos em andamento.
- 5.4. Qualquer alteração do presente convênio será objeto de Termo Aditivo, formalizado de comum acordo entre as partes, de acordo, conforme o caso, com a disponibilidade de dotações orçamentárias e financeiras próprias no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

# CLAUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para resolução das pendências decorrentes do presente instrumento, não resolvido administrativamente.

Lido e achado conforme, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Piracicaba,	,dede	201	5

## GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

Presidente da ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE PIRACICABA

TESTEMUNHAS:	
1	
2	
Nome: RG: CPF:	Nome: RG: CPF:

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ANÁLISE Nº.: 23 / 2015

ASSUNTO: CONVÉNIO / SME / ASSOC. ORQUESTRA SINFÓNICA / EDUCAÇÃO MUSICAL

EXPEDIENTE: PROJETO DE LEI

O PRESENTE TEM POR OBJETIVO RESPONDER À SOLICITAÇÃO, FRENTE AOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 (L.R.F.). EM ANEXO, A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÂRIO-FINANCEIRO CONFORME ARTIGOS 14, 16 E 17 DA REFERIDA LEI.

PIRACICABA, 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

PROCURADORIA GERAL

INTERESSADO:



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

GERAÇÃO DE DE

OBJETIVO:

AUTORIZA O MUNICIPIO DE PIRACICARA, POR INTERNEDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A ELEBRAX CONTRA-COM A ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA SINÓÑOLO DE PIRACICARA, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCIEROS PARA-DESENDIZIMENTO DE ATTVIDADES DIDÁTICAS NA AREA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

07011 - EDUCAÇÃO BASICA

365 - EDUCAÇÃO INFANTIL 361 - ENSINO FUNDAMENTA

07010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0008 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

2.292.0000 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE DE EDUC.INFANTIR

2.293,0000 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE DE ENS.FUNDAMENTA 3.3.50.39 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS-P. JURIDICA

COMPATIBILIDADE ENTRE AS LEIS ORÇAMENTÁRIA

A FREVISÃO NO PPA CONSTA(M) NA(S) AÇÃO(ÕES) Nº. 292

A FREVISÃO NA LOO CONSTA(M) NA(S) AÇÃO(ÕES) Nº. 292

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

OTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ENTIDADE

ÓRGÃO

UNIDADE ORÇAMENTÂRIA

ÓRGÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

FUNÇÃO

SUBFUNÇÃO

PROJETO / ATIVIDADE

NATUREZA DA DESPESA
FONTE DE RECURSO

PREVISÃO DA DESPESA ( EM R\$ ):

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA ( EM R\$ ):

SALDO ATUAL
SALDO APÓS IMPACTO

200.000,00

0101 - FONTE TESOURO

275.100,00 Pág. 2 / -

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

#### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO

SALDO FINANCEIRO ANTERIOR	42.000.000,00	74.077.079,00	39.915.205,00
TRANSF. FINANCEIRAS (ADM. INDIRETA)	-17.500.000,00	-74.051.800,00	-82.315.030,00
SALDO ATUAL	24.500.000,00	25.279,00	-42.399.825,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - LDO 2015			
RECEITAS	1.128.772.220,00	1.218.903.260,00	1.314.602.614,00
DESPESAS	-1.081.995.141,00	-1.183.313.334,00	-1.273.163.735,00
ESULTADO PROJETADO		1 1	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	46.777.079,00	35.589.926,00	41.438.879,00
RESULTADO FINANCEIRO	71.277.079,00	35.615.205,00	-960.946,00
CONVÊNIO / SME / ASSOC. ORQUESTRA SINFÓNICA / EDUCAÇÃO MUSICAL	-200.000,00	-200,000,00	-200.000,00
SINFONICA / EDUCAÇÃO MUSICAL			
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM %	0,02%	0,02%	0,02%
IMPACTO FINANCEIRO - EM %	0,02%	0,02%	0,02%
Fontes de compensação			
AUMENTO DE RECEITAS			
DIMINUIÇÃO DE DESPESAS	3.000,000,00	4.500.000,00	6.000.000,00
RESULTADO FINAL			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - APÓS IMPACTO			
RESULTADO ORÇAMENTARIO - APOS IMPACTO	49.577.079,00	39.889.926,00	47.238.879,00
RESULTADO FINANCEIRO - APÓS IMPACTO	49.577.079,00 74.077.079,00	39.889.926,00 39.915.205,00	47.238.879,00 4.839.054,00

Pág. 3 / 4

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

INÍCIO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO: A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2015.

ORIGEM DOS RECURSOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO:

APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSAO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CAI EXCESSO DE ARRECADÁÇÃO;

▼ REDUÇÃO DE DESPESAS;

SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR

25.000.000,00 -34.140.368,00 -9.140.368,00

FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS (ART. 14 A 17 DA LRF):

✓ APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.
 AUMENTO DE TRIBUTO;
 ✓ CRESCIMENTO ECONÓMICO;

✓ REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPES

-36,974.500,00 37,102,579,00

ANÁLISE QUANTO AOS ÍNDICES DE DESPESA COM PESSOAL:

O ÍNDICE PROJETADO DA DESPESA COM PESSOAL, SE CONSIDERADO O OBJETO DO PRESENTE IMPACTO, NÃO ATINGE O LIMITE

# CONCLUSÃO

A DESPESA POSSUI SALDO ORÇAMENTÁRIO SUFICIENTE, NÃO CAUSA DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, NÃO AFETA AS METAS FISCAIS E NÃO AFETA SIGNIFICATIVAMENTE AS DESPESAS COM PESSOAL DE FORMA A INFRINGIR A LRF, LOGO, DESEUL CONTROL DE LABELACIÓN.



DECRETO Nº 16.451, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Transfere dotações orcamentárias da ordem de R\$ 179.000.00

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 8.122, de 12 de dezembro de 2014, que autoriza o Poder Executivo a realizar, por decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas efetivamente arrecadadas, nos termos do que dispõe o art. 167, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, desde que obedeça aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal,

#### DECRETA

Art. 1º Fica transferida a importância de R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais), constante do Orçamento-Programa para o exercício de 2015. assim discriminada:

## Das dotações:

1)	15	15011	0412200051078	449052	Equip. e Material Permanente:	R\$ 29.000,00
2)	15	15011	0412200052075	339030	Material de Consumo:	R\$ 10.000,00
3)	15	15011	0412200052075	339039	Out. Serv. de Terceiros - P.J.:	R\$ 10.000,00
4)	15	15011	0412200042077	339030	Material de Consumo:	R\$ 30.000,00
5)	15	15011	0412200042077	339039	Out. Serv. de Terceiros - P.J.:	R\$100.000,00

#### Para a dotação

1) 15 15011 0412200052076 339030 Material de Consumo:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

R\$179.000.00

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 17 de novembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Finanças

ANTONIO FERNANDES FAGANELLO Secretário Municipal de Transportes Internos

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

# COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 141/2015 Registro de preços - fornecimento parcelado de materiais de laboratório

Comunicamos que após análise do RECURSO interposto pela empresa NL COMERCIO EXTERIOR LTDA e com base no parecer jurídico 950/2015, que opina pela improcedência do recurso, o Sr. Secretário Municipal de Saúde DELIBEROU pela MANUTENÇÃO DA DECISÃO recorrida. Publique-se e encaminhe-se à Autoridade Superior para Homologação.

Em, 18 de novembro de 2015.

Érica Vanessa Dias Ferraz Pregoeira

# COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2015 Fornecimento parcelado de carga de gás, durante o exercício de 2016.

A Pregoeira comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão, tendo como participante a empresa: DEBORA VIVIANE UCELI ME., DELIBEROU por CLASSIFICÁ-LA.

Após negociação, análise das documentações apresentadas e parecer da Unidade Requisitante, DELIBEROU por HABILITÁ-LA e ADJUDICÁ-LA nos itens 01 e 02.

Publique-se e encaminhe-se à Autoridade Superior para Homologação.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

CÍNTIA CARLA NAMIZAKI PADOAN Pregoeira

#### COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2015
Fornecimento parcelado de tijolo de barro comum, durante o exercício de 2016.

O Pregoeiro comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão, tendo como participante a empresa OLARIA CANALE LTDA - ME, DELIBEROU por CLASSIFICÁ-LA.

Após disputa e análise das documentações apresentadas, DELIBEROU por HABILITAR, APROVAR e ADJUDICAR o item 01 para a empresa OLARIA CANALE LTDA - ME.

Publique-se e encaminhe-se a Autoridade Superior para Homologação.

Piracicaba. 18 de novembro de 2015.

Matheus Rovai Monteiro Pregoeiro

## COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2015

Fornecimento parcelado de peças e acessórios em geral, para veículos da linha MERCEDES BENZ, durante o exercício de 2016.

O Pregoeiro comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão, tendo como participantes as empresas IMPORTADORA ALVAMAR COMÉRCIO DE PEÇAS PARA AUTOS LTDA. e RADRI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. ME, DELIBEROU por CLASSIFICÁ-LAS.

Após disputa e análise das documentações apresentadas, DELIBEROU por HABILITAR, APROVAR e ADJUDICAR os itens 01 e 02 para a empresa IMPORTADORA ALVAMAR COMÉRCIO DE PEÇAS PARA AUTOS LTDA.

Publique-se e encaminhe-se a Autoridade Superior para Homologação.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

Matheus Rovai Monteiro Pregoeiro

## COMUNICADO

Pregão Presencial nº 206/2015

Fornecimento parcelado de dolomita fragmentada (lajão bruto), durante o exercício de 2016.

Comunicamos que houve alterações no Anexo I do Edital. A nova versão do edital já está disponível para download no site http://www.piracicaba.sp.gov.br.

Diante do exposto, informamos que fica alterada a data para abertura e disputa do presente Pregão para o dia 04/12/2015, às 14h30min.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015

Adriana Cristina Alcarde Zotelli Chefe do Setor de Licitações

# ERRATA

Pregão Eletrônico nº 261/2015 REGISTRO DE PREÇOS – fornecimento parcelado de materiais de enfermagem

No Anexo VII, do Edital, do referido Pregão:

ONDE LÊ-SE: EXCLUSIVO (ME/EPP); LEIA-SE: COTA PRINCIPAL; ONDE LÊ-SE: COTA PRINCIPAL; LEIA-SE: COTA RESERVADA (ME/EPP); ONDE LÊ-SE: COTA RESERVADA (ME/EPP); LEIA-SE: EXCLUSIVO (ME/EPP);

Em, 18 de novembro de 2015.

Maria Angelina Chiquito Alanis Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

# PREGÃO ELETRÔNICO nº 277/2015

OBJETO: fornecimento parcelado de areia, pedra, pedrisco, bica corrida e rachão, durante o exercício de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/12/2015 às 08h

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/12/2015 às 09h

O Edital completo poderá ser obtido na Divisão de Compras, sita a Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 1º andar, no horário de 08:30h às 16:30h ou pelo endereço eletrônico http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 17 de novembro de 2015

Maria Angelina Chiquito Alanis Departamento de Material e Patrimônio Diretora



#### PREGÃO EL ETRÔNICO nº 279/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de relógio ponto. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/12/2015 às 13h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PRECOS: 03/12/2015 às 14h.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba. 18 de novembro de 2015

Maria Angelina Chiquito Alanis Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 281/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de sinalização
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/12/2015 às 13h30.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/12/2015 às 14h

O(s) Edital(is) completo(s) poderá(ão) ser obtido(s) pelo endereço eletrônico http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

Maria Angelina Chiquito Alanis Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 009/2015

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, Estado de São Paulo, considerando as condições previstas no Edital de nº 001 do Concurso Público Nº 09/2015 TORNA PÚBLICO a alteração com prorrogação dos prazos do cronograma do Concurso Público em epígrafe, estabelecido pelo Anexo III do edital de abertura nº 001, conforme segue:

## ANEXO III - CRONOGRAMA PREVISTO

Descrição	Data
Inscrições	13/10 a 29/11
Último dia para pagamento do boleto	30/11
Homologação das Inscrições	10/12/2015
Recurso contra o Indeferimento de Inscrição	11 e 14/12/2015
Publicação do Resultado dos recursos contra inde- ferimento das inscrições (se houver)	29/12
Divulgação do Local de Prova	29/12
Data da Prova	10/01/2016
Divulgação dos Gabaritos	11/01
Recurso Contra os Gabaritos	12 e 13/01
Publicação do resultado dos Recursos contra Gabarito (se houver)	26/01
Publicação do Resultado Preliminar Prova Objetiva	26/01
Recurso Contra Resultado Preliminar Prova Objetiva	27 e 28/01
Publicação do resultado dos recursos – resultado preliminar prova objetiva (se houver)	05/02/2016
Publicação do Resultado Final	05/02/2016
Homologação do Concurso	05/02/2016

Permanecem inalteradas as demais informações do edital  $n^{\circ}$  001.

PIRACICABA, 19 de novembro de 2015.

# SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES

#### AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA

SEGUE ABAIXO RELAÇÃO DOS NOMES DOS PROPRIETÁRIOS AUTUADOS, DE IMÓVEIS ABANDONADOS OU HABITADOS, QUE, A PRINCÍPIO, FORAM NOTIFICADOS PARA AGENDAR VISTORIA RELACIONADA AO CONTROLE DE DENGUE, PORÉM NÃO RETORNARAM OU NÃO ADOTARAM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS, CONFORME O ARTIGO 22 DA LEI COMPLEMENTAR N° 178/06, DECRETO N° 15.751/14 E LEI COMPLEMENTAR N° 310/13:

AUTO DE INFRAÇÃO

	-
NIVALDO ISRAEL ZAMBIANCO	.0083
ARTHUR PLATS DE ALMEIDA	.0081
ARILTON DE SOUZA BELCHIOR	.0089
PLÍNIO BERNARDI MENDES	.0107
ORLANDO JOSÉ ZOVICO	.0101
ROSA MASSARI	.0102
LP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	.0090
IZAEL PERINA	.0106

Vigilancia Sanitária Municipal Despacho do Diretor: № Cadastro: 011/15 Nome: Camila Almeida do Amaral Kruzich Especialidade: Hematologista № СRM – 170850 Atividade: Prescritora de Talidomida Expedido em 07/08/15

NOME

Vigilancia Sanitária Municipal Despacho do Diretor: № Cadastro: 012/15 Nome: Mary da Silva Thereza Especialidade: Oncologista № CRM – 61.593 Atividade: Prescritora de Talidomida Expedido em 29/10/15

# SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 202/2015 Aquisição de caibros de madeira.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDI-CAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA ITEM

J.C. Barbieri e Cia Ltda ME 01

Piracicaba, 17 de novembro de 2015

Jorge Akira Kobayaski Secretário Municipal de Transito e Transportes

# SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

# Comunicado

Comunicamos que foi HOMOLOGADO, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a decisão de aplicar à empresa GLOBAL USINA DE RECICLA-GEM LTDA,. com sede à Estrada do Bongue, nº 6607, Bairro das Ondas, na cidade de Piracicaba/SP, CNPJ: 13.407.114/0001-00, IE: 535.278.560.112, pena de ADVERTÊNCIA, por infração contratual, nos termos do artigo 87, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e do item 10.3.2.1, do contrato administrativo, relativo ao Processo Administrativo nº 59.021/2015 — Pregão Presencial nº 61/2015.

Piracicaba, 10 de novembro de 2015.

Eng. Agr. Waldemar Gimenez
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

# SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## 013/2015

A Prefeitura do Município de Piracicaba, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, convoca as Escolas de Samba (Pleiteante) interessadas em participar do "Desfile do Carnaval de Rua de Piracicaba de 2016", que estará aberta as inscrições no período de: 19/11/15 à 15/12/15, na Secretaria Municipal de Turismo. Para efetuar a inscrição é necessário que a escola apresente os seguintes documentos e se enquadre nos seguintes critérios:

DOCUMENTOS PARA APRESENTAR NA SECRETARIA DE TURISMO NO ATO DA INSCRIÇÃO:

- 1. Pedido escrito solicitando o interesse em desfilar como escola pleiteante do Carnaval de Rua de Piracicaba de 2016;
- 2. Cópia do Estatuto Social devidamente registrado em Cartório:
- Cópia da Ata de fundação, aprovação do Estatuto e eleição do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- 4. Cópia do CNPJ
- Ser Pessoa Jurídica (inscrita no CNPJ) e ter sua sede comprovada através da matrícula registrada do imóvel e/ou contrato de locação do imóvel em nome da escola;
- Histórico da Escola de Samba (origem, símbolo, cores, etc.) com data de fundação, relação dos fundadores, desenho do Pavilhão Oficial e outras informações pertinentes;
- 7. Apresentar o enredo da escola:
- 8. Apresentar a disposição de todas as alas e carros alegóricos do desfile;
- 9. Apresentar os desenhos de figurinos e carros alegóricos.

## CRITÉRIOS PARA DESFILE:

- 1. Desfilar com no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) componentes;
- 2. Desfilar com no mínimo 12 (doze) baianas agrupadas;
- 3. Apresentar Comissão de Frente com, no mínimo 08 (oito) e 15 (quinze) no máximo, componentes a qual deverá sair à frente do carro Abre-Alas;
- 4. Apresentar 1(um) casal de Mestre-Sala e Porta-Bandeira;
- 5. Apresentar Samba-Enredo próprio, com letra e melodia inéditas;
- 6. Apresentar no mínimo 03 (três) carros alegóricos, incluindo o Abre-Alas, os quais deverão ter metragem acima de 9,00 m2 (nove metros quadrados);
- 7. Apresentar o nome da agremiação no Carro Abre Alas;
- 8. Apresentar-se com fantasias inéditas, entendendo-se como tal, as que não tenham sido utilizadas em outros desfiles no Carnaval de Piracicaba;
- 9. Desfilar com alegorias inéditas, entendendo-se, como tal, as que nunca tenham sido utilizadas em outros desfiles no Carnaval de Piracicaba;
- 10. Não desfilar com: a) Intérprete (Puxador) de Samba-Enredo; b) Mestre de Bateria; c) Primeiro casal de Mestre-Sala e Porta-Bandeira, em conjunto ou separadamente, d) Comissão de Frente, no todo ou em parte, que tenham participado, no mesmo ano, nas mesmas funções em outras agremiações, mesmo que em grupos diferentes, nos desfiles de carnaval realizados na cidade de Piracicaba e onde sejam responsáveis diretos pelas notas atribuídas aos respectivos quesitos em julgamento;
- 11. Não apresentar publicidade político-partidária;
- 12. Não utilizar, distribuir ou apresentar-se com qualquer tipo de "merchandising" (implícito ou explícito) em Enredo, Adereços, Alas, Destaques, Letra e Melodia do Samba-Enredo ou quaisquer outros meios.

# EXCETO:

- a Nas vestimentas dos Diretores, Fiscais e Empurradores de Alegorias;
- b Na barra e na parte traseira do último carro alegórico;
- c Nas alegorias desde que estejam especificados no enredo;
- d Em prospectos com letras do Samba-Enredo;
- $\ensuremath{\text{e}}$  Nos instrumentos musicais da Bateria, desde que sejam as marcas de seus respectivos fabricantes;

Em faixas no final da escola, sendo que os auxiliares que estarão levando as respectivas faixas não serão contados como integrantes da escola. Neste caso o tempo de desfile da agremiação encerra-se após a saída da última faixa, se houver.

OBSERVAÇÃO: A ordem de apresentação no desfile, será determinada e avisada com antecedência pela Secretaria Municipal de Turismo.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

Rosemeire Calixto Massarutto de Oliveira Secretária Municipal de Turismo

Prefeitura do Município PIRACICABA



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

014/2015

A Prefeitura do Município de Piracicaba, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, convoca aos interessados em participar do programa de artesanato desta secretaria, a "Casa do Artesão". Para participação o candidato deve se inscrever no período de 19 de novembro a 27 de novembro de 2015, na Secretaria Municipal de Turismo, localizada na Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 - 8º Andar (Centro Cívico), por meio do preenchimento da ficha de cadastro e, posteriormente, conforme agendado por esta secretaria, realizar uma prática comprobatória de técnica artesanal. Para efetuar a inscrição, é necessário que o(a) interessado(a) se enquadre segundo o Regulamento do Artesanato de Piracicaba (Casa do Artesão):

"Artigo 18° - Obedecidas as prescrições legais de âmbito federal e estadual, todo artesão brasileiro ou estrangeiro radicado em Piracicaba poderá se inscrever para participar da Casa do Artesão", desde que:

I - Sua inscrição seja previamente providenciada

II - Não seja credenciado em nenhum ponto de venda ou Feira de Artesanato;

III - Não possua empresa ou ponto comercial na cidade

IV - Haja vaga nos pontos de venda da Casa do Artesão;

V – Apresente a documentação exigida pela Coordenação do Artesanato da SETUR

Parágrafo 1° - "A inscrição para participação da Casa do Artesão será feita no Centro Cívico no 8º andar, e está sujeita à abertura de vagas, que serão publicadas pela SETUR, através de edital".

Deverá preencher a ficha de cadastro e entregar fotocópias dos seguintes documentos: CPF, RG, Comprovante de residência e 02 (duas) fotos 3x4; Deverá cumprir os horários estipulados para funcionamento das atividades:

Deverá realizar plantão de trabalho entre os artesãos envolvidos;

Deverá cumprir o calendário de atividades e eventos

Deverá providenciar sua própria estrutura de trabalho: materiais, transporte, manutenção, entre outros

Deverá ser de sua própria autoria a técnica artesanal para exposição na "Casa do Artesão"

Deverá participar das reuniões com os gestores públicos responsáveis pelo artesanato

Deverá seguir as normas do Regulamento do Artesanato em vigor:

## DAS VAGAS

Loja da Casa do Artesão - 15 vagas:

Loia da Rodoviária – 15 vagas:

Totalizando 30 vagas.

DAS TÉCNICAS: Biscuit - 03 vagas; Bordado - 02 vagas; Cerâmica - 03 vagas; Crochê - 01 vaga; EVA - 02 vagas; Macramê - 02 vagas: Marchetaria - 03 yagas:

Palha de milho - 03 vagas; Pintura temática - 02 vagas; Reciclagem - 02 vagas; Tear - 02 vagas;

Tricô - 02 vagas; Patchwork - 02 vagas; Decoupage - 01 vaga

Piracicaba. 18 de novembro de 2015

Rosemeire Calixto Massarutto de Oliveira Secretária Municipal de Turismo

# SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE CONTROLE AMBIENTAL

EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Piracicaba, 21 de Outubro de 2.015

Cancelamento de Auto de Infração

Al n° 8 634 – Daniel Fernando S. Dias Teixeira – INDEFERIDO Al n°. 7.811 – Margareth Rose Hilinski Aguilar Linares – INDEFERIDO.

Al n°. 6.542 - IMAC Empreend. E Participações Ltda - INDEFERIDO

Al nº. 6.855 - IMAC Empreend. E Participação Ltda - INDEFERIDO. Al n°. 7.126 – IMAC Empreend. E Participação Ltda – INDEFERIDO.

Al n°. 7.351 - IMAC Empreend. E Participação Ltda - INDEFERIDO

Al n°. 8.598 – Antonio Cesar Merenda – INDEFERIDO. 8.600 – Antonio Cesar Merenda – INDEFERIDO

Al n°. 7.145 - Sandra Marcia Romani Pavan - INDEFERIDO.

Al n°. 8.858 – Magdalena Audi – INDEFERIDO.

Al n°. 8.362 - Luiz Carlos Campion - INDEFERIDO

Al n°. 8.307 - Leonel Franzoi - DEFERIDO.

# Redução de Auto de Infração

Al n°. 7.946 – Vanderlucio Alves – DEFERIDO. Al n°. 11.718 - Alda Alves dos Santos - INDEFERIDO

Al n°. 8.453 - Antonio Vieira - DEFERIDO.

Al n°. 8.147 - Geni Cardoso - DEFERIDO

Al n°. 7.103 - Carlos Roberto Garcia Guiterres - INDEFERIDO.

Al n°. 8.377 - Amilcar Moraes Sampaio - DEFERIDO Al n° . 5.842 – Luiz Penato O. De Oliveira – DEFERIDO Autorização de Mesas e Cadeiras sobre a Calcada

Protocolo n°. 99.959/15 – Thalita Tejada de Lima Epp – INDEFERIDO. Protocolo nº 175.897/15 – Suelen da Silva Martins Me – INDEFERIDO. Protocolo n°. 95.868/15 - Boteco Rosario Ltda - INDEFERIDO.

Alvará para Funcionamento em Horário Especial

Protocolo nº. 156.938/14 - Eliana Aparecida Chagas - DEFERIDO. Protocolo n°. 53.942/15 - Samuel Martins de Araujo - DEFERIDO

Autorização para uso de Área Pública

Protocolo nº.158.387/15 – Maria Aretuza N S Silva (Drogal Filial 114) – DEFERIDO. Protocolo n°. 160.833/15 - Semac - DEFERIDO.

## Licença de Anúncio Indicativo

Protocolo nº. 109.329/15 - Look Posto de lavagem Ltda Me - INDEFERIDO. Protocolo n°. 149.967/15 – Marcos Antonio Monteiro Móveis – INDEFERIDO. Protocolo n°. 127.575/15 - Banco do Brasil - INDEFERIDO

Autorização para Colocação de Faixas

Protocolo nº. 131.367/15 - Semdes - DEFERIDO. Protocolo n°. 161.746/15 - Semdes - DEFERIDO

Prorrogação de Prazo

Protocolo n°. 130.460/15 - Fernando Gozetto Me - DEFERIDO.

TECNgo AMB° REINALDO RABELO FILHO Chefe da Divisão de Controle e Fiscalização

ENG.º AGR.º FRANCISCO ROGERIO VIDAL E SILVA Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente

# PROCURADORIA GERAL

Contratada: PROJECON PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL PIRACICABA LTDA - EPP. \_ CNPJ nº 00.167.424/0001-45 (SEMOB/EDUCAÇÃO) Contrato nº 160.312/2013-3/2.

Proc. Admin.: nº 160.312/2013

Licitação: Concorrência nº 18/2013

Objeto: Execução de obras para reforma da EMEI Prof. Walter Radamés Accorsi, no Bairro Jardim Itaberá, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos

Valor: R\$ 486.054,21 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos)

Prazo: 120 (cento e vinte) dias.

Data: 18/11/2015.

Termo Aditivo nº 155500 ao Contrato Múltiplo nº 9912316028 - Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT (SEMAC) DO CONTRATO ORIGINAL

Objeto: aquisição de produtos e serviços de correios.

Valor: R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais). Prazo: 12 (doze) meses

Data: 28/12/2012.

DO ADITIVO - PRAZO

Prazo: 12 (doze) meses a partir de 28/12/2015 até 28/12/2016.

Data: 18/11/2015

Termo Aditivo nº 155424 ao Contrato Múltiplo nº 9912315126 - Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT (SEMAD) DO CONTRATO ORIGINAL

Objeto: aquisição de produtos e serviços de correjos

Valor: R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais).

Prazo: 12 (doze) meses Data: 28/12/2012.

DO ADITIVO - PRAZO

Prazo: 12 (doze) meses a partir de 28/12/2015 até 28/12/2016.

Termo Aditivo nº 153604 ao Contrato Múltiplo nº 9912363901 - Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT (SEMUTTRAN)

DO CONTRATO ORIGINAL

Objeto: prestação de serviços e venda de produtos. Valor: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais). Prazo: 12 (doze) meses

Data: 27/10/2014

DO ADITIVO - PRAZO

Prazo: 12 (doze) meses a partir de 27/10/2015 até 27/10/2016.

Data: 26/10/2015

# **COMISSÃO PERMANENTE** PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.779/2015, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em acidente de trânsito ocorrido com o veículo oficial prefixo 722 caminhonete Ford/Courier, placas EOB-3465/Piracicaba-SP, conforme Boletim de Ocorrência nº 2.180/2015 - 2º D. P. Piracicaba/SP, objeto do processo com protocolo nº 193.111/2015, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba. 18 de novembro de 2015.

FRANCISCO AP RAHAL FARHAT Presidente da Comissão

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT. Presidente da Comissão Permanente. Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.779/2015, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em possível uso do Centro de Educação Digital Alvorada para destinação diversa de sua finalidade, bem como circulação de pessoas e equipamentos de maneira contrária às normas de funcionamento do local, objeto do processo com protocolo nº 193.109/2015, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT Presidente da Comissão

# SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

COMISSÃO PERMANENTE SINDICANTE ATO N.º 1002/2015

Danielle Pacheco de Souza Santim, Presidente da Comissão Permanente Sindicante, constituída através do Ato n.º 1002 de 23 de fevereiro de 2015, em cumprimento ao princípio da publicidade, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que por determinação do Senhor Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, foi instaurada sindicância, objeto do PROCESSO N.º 2131/2015, visando apurar irregularidades, no âmbito administrativo e disciplinar.

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 107/2015 - PROCESSO N.º 2001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO COM COTA RESERVADA PARA ME E EPP.

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de sulfato férrico e cloro sulfato férrico a ser utilizado no tratamento de água Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 03/12/2015 às 08h30, na Sala de Licitações do SEMAE.

PREGÃO N.º 108/2015 - PROCESSO N.º 2002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO COM COTA RESERVADA PARA ME E EPP

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de pão tipo francês, pão de leite e margarina.

Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 03/12/2015 às 13h30, na Sala de Licitações do SEMAE.

CONCORRÊNCIA N.º 002/2015 - PROCESSO N.º 1720/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de gerenciamento do tratamento e distribuição de água.

Entrega dos envelopes: até às 08h30min do dia 23/12/2015, no Setor

Abertura: às 09 horas do dia 23/12/2015, na Sala de Licitações

Aquisição de edital: www.semaepiracicaba.sp.gov.br (gratuita) ou Setor de Protocolo (recolhimento de R\$ 10,00 (dez reais)), de 2ª a 6ª feira, das 09 às 16 horas - SEMAE - Rua XV de Novembro, 2.200 - Fone (19) 3403-9614/9623 - Fax (19) 3426-9234

Piracicaba/SP, 18 de novembro de 2015.

Vlamir Augusto Schiavuzzo Presidente do Semae

# PODER LEGISLATIVO

# HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Torno público para conhecimento dos interessados, que nesta data, HO-MOLOGO e ADJUDICO para todos os efeitos legais, o Convite n.º 03/2015 (contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos. bem como apoio, supervisão técnica/fiscalização das obras de reforma do Salão Nobre da Câmara de Vereadores de Piracicaba, a favor da seguinte empresa: Marco Antonio Rodrigues da Silva Engenharia ME, totalizando o valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Piracicaba, 19 de novembro de 2015.

Matheus Antonio Erler Presidente



## AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Presencial n.º 143/2015. Objeto: aquisição de mobiliário de escritório.

Tipo: menor preço global.

Credenciamento: Dia 04/12/2015 das 13 às 13h30

Início da Sessão Pública: Dia 04/12/2015 às 13h30 na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua São José, n.º 547 – 2° andar - Piracicaba - Estado de São Paulo.

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Contratos da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00, telefones: (19) 3403-7009 e (19) 3403-6529 ou através do site : <a href="www.camarapiracicaba.sp.qov.br">www.camarapiracicaba.sp.qov.br</a>.

Piracicaba, 18 de novembro de 2015.

Kátia Garcia Mesquita Pregoeira Oficial

# AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Presencial n.º 145/2015

Objeto: Aquisição de Storage para armazenamento de backups e Switches.

Credenciamento: Dia 11/12/2015 das 09h00 às 09h30.

Início da Sessão Pública: Dia 11/12/2015 às 09h30 na Sala de Reuniões do prédio anexo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua São José, n.º  $547 - 2^{\circ}$  andar - Piracicaba - Estado de São Paulo.

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Contratos da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00, telefones: (19) 3403-7009 e (19) 3403-6529.

Piracicaba, 13 de novembro de 2015

Kátia Garcia Mesquita Pregoeira Oficial

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO OR-DINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, QUE SE REALIZARÁ AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, ÁS DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

# EM DISCUSSÃO ÚNICA

# Moções

 $N^{\circ}$  244/15 - De autoria do vereador Pedro Luiz da Cruz, de aplausos ao diretor da ESALQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", pelo programa "Profissões na ESALQ" ter recebido cerca de 6.000 alunos da escola pública.

N° 245/15 - De autoria do vereador João Manoel dos Santos, de aplausos à UNIMEP pela conquista do selo de Instituição Socialmente Responsável.

# Requerimentos

 $N^{\circ}$  995/15 - De autoria do vereador Ary de Camargo Pedroso Júnior, Voto de Congratulações à Associação de Fotógrafos de Piracicaba - Reis do Click pela sua fundação e pelo trabalho social desenvolvido.

Nº 997/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre sepultamento irregular em jazigo localizado no Cemitério da Saudade.

Nº 998/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre o Centro de Documentação, Cultura e Política Negra.

 $N^{\circ}$  999/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre o estado de área de lazer Claudio Sanches, localizada na Rua da Palma esquina com a Avenida Dona Jane Conceição, no Bairro Paulista.

# EM SEGUNDA DISCUSSÃO

# Projeto de Lei Complementar

Nº 019/15 - De autoria do vereador Gilmar Rotta, que acresce dispositivo ao Capítulo III da Lei Complementar nº 251/10, que "dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina a proteção ao meio ambiente, os programas e as iniciativas na área de interesse ambiental do Município de Piracicaba".

# Projeto de Lei

 $N^{\circ}$  271/15 - De autoria do vereador Pedro Luiz da Cruz, que institui a "Festa da Batata", no Calendário Oficial de Eventos do Município.

## EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

#### Projetos de Lei

 $N^{\circ}$  130/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que acrescenta dispositivos à Lei  $n^{\circ}$  6.468/09, que "disciplina a veiculação de anúncios no Município de Piracicaba, revoga as Leis  $n^{\circ}$ s 2.068/73, 3.642/93, 3.873/94, 4.070/96 e 4.490/98 e dá outras providências", (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

 $N^{\circ}$  170/15 - De autoria do vereador Laércio Trevisan Júnior, que denomina de "Antonio Jucelino Desidério", via pública do Loteamento Jardim Piazza Itália, no Bairro Novo Horizonte, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 215/15 - De autoria do Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos de Guarda Civil 2ª classe, junto ao Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Piracicaba e dá outras providências.

 $N^{\circ}$  218/15 - De autoria do vereador Gilmar Rotta, que denomina de "Paulo Vitti", a Academia ao Ar Livre no Bairro Santana, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 242/15 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que denomina de "Luís Fernando Orlandin", via pública no Loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 243/15 - De autoria do vereador Pedro M. Kawai, que denomina de "Maria Bernadette Martins Balas", via pública no Loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

N°244/15 - De autoria do vereador José Aparecido Longatto, que denomina de "Ercília Zem de Oliveira", via pública no Loteamento Vem Viver Piracicaba II, no Bairro Vila Sônia, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

 $N^{\circ}$  254/15 - De autoria do Executivo, que substitui integralmente o ANEXO I e revisa parcialmente os ANEXOS II e III da Lei nº 7.596/13 que "dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Piracicaba para o período de 2014 a 2017 e dá outras providências", alterada pelas de nº 7.784/13, nº 7.875/14, nº 7.948/14, nº 8.060/14 e nº 8.227/15.

Nº 255/15 - De autoria do Executivo, que Substitui integralmente os ANE-XOS II, III IV e V da Lei nº 8.230/15, que "dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Piracicaba (LDO), para o exercício de 2.016 e dá outras providências".

Nº 260/15 - De autoria do Vereador Gilmar Rotta, que denomina de "Sidinei José Espada" via pública no Loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 272/15 - De autoria do vereador Matheus Antonio Erler, que proíbe a prática de abordagem pessoal a transeuntes que induza a contratação de serviços médicos de todos os gêneros no âmbito do Município, (com Substitutivo 01 das Comissões Permanentes).

Nº 280/15 - De autoria do Executivo, que aprova Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de Piracicaba, para a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, visando o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às Execuções Fiscais, integrante do Processo nº 2015/128159.

HAVERÁ ENTREGA DA MOÇÃO Nº 188/15 AUTORIA – João Manoel dos Santos PARA - Sr. Carlos Alberto Sparza

1º ORADOR – ver. Dirceu Alves da Silva, com quatro minutos reservados

# - Fim -

"Um pouco de você pode ser o tudo para alguém! Doe sangue, órgãos, tecidos e medula óssea". Resolução nº 05/07

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

Projeto de Lei nº 018/2015, Autoria: Prefeito Municipal Claudemir Francisco Torina.

LEI MUNICIPAL Nº 588, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015. (Institui critérios para regularização das instalações físicas de edificações construídas irregularmente, no todo ou em partes, em lotes particulares,

e dá outras providências). CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho. Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições.

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

# LEI N°588

Art. 1º - Para efeito desta Lei, entende-se como regularização o reconhecimento, por parte da Prefeitura do Município de Saltinho, a normalização de edificações irregulares, construídas ou demolidas, em seu todo ou em parte.

Art. 2º - As edificações irregulares existentes no Município, construídas, demolidas ou em desacordo com a legislação vigente, no seu todo ou em parte, poderão ser regularizadas nos termos desta Lei.

§ 1º - Consideram-se como edificações irregulares toda área construída que não possua projeto aprovado pela Prefeitura, apurada pela municipalidade, constante ou não do "BIC" - Boletim Informativo de Cadastro, até o prazo de vigência desta Lei.

§ 2º - Considera-se também irregularidade as alterações de uso do imóvel Residencial para Comercial, Industrial, de Prestação de Serviço ou vice-versa, sem Projeto de Adequação, de acordo com o BIC – Boletim Informativo de Cadastro.

§ 3º - Considera-se, para efeitos desta Lei, o termo "levantamento" toda obra medida pelo departamento de obras da Prefeitura do Município de Saltinho, compreendendo a sua área construída para futuro cadastro e regularização, no todo ou em parte.

Art.  $3^{\rm o}$  - Poderão ser regularizadas nos termos desta Lei, as edificações ou parte das edificações que estejam sob as seguintes condições:

I - Ocupação sobre ou sob os recuos laterais obrigatórios;

II - Utilização de índices urbanísticos de ocupação (io) ou de aproveitamento (ia) acima do permitido;

III - Os imóveis que serão regularizados com (io) acima do permitido, poderão também, posteriormente serem desdobrados mantendo as partes construídas com os respectivos índices de ocupação (io) acima do previsto no Plano Diretor deste que: as áreas resultantes do desdobramento atendam o módulo mínimo de 125,00 m2 de área e 5,00 m de testada e se houver condições da obra desdobrada cujas partes novas resultantes, puderem ser consideradas como obras individualizadas e receberem as respectivas numerações;

IV - Os imóveis que necessitarem de reformas e/ou adaptações para serem desdobrados, devem atender as exigências do Código Sanitário e do Plano Diretor.

V - Iluminação e ou ventilação insuficiente;

VI - Pé direito mínimo ou pé direito médio não inferior a 2,00m (dois metros);

VII - Demolição total ou parcial;

VIII - Outros casos, a critério do Departamento de Obras e Serviços Públicos, Urbanos. Rurais. Agricultura e Abastecimento.

Art.  $4^{\rm o}$  - Não poderão ser regularizadas, em exceção ao disposto nesta Lei, as edificações ou parte delas que:

I - Estejam localizadas ou avancem sobre logradouros públicos não autorizados, permitidos ou concedidos;

II - Avance sobre terrenos vizinhos, de propriedade particular;

III - Estejam situadas em áreas de proteção de mananciais

 IV - Não respeitem a legislação Estadual de proteção ao ambiente quanto a localização e locação da obra em área não permitida;

V - Invadam áreas ou faixas "non edificandi", de proteção de rodovias, e instalação de equipamentos urbanos;

VI - Obras que não apresentem condições mínimas de segurança;

VII - Outros casos, a critério do Departamento de Obras e Serviços Públicos, Urbanos, Rurais, Agricultura e Abastecimento.

Art. 5° - Toda construção irregular que poderá ser levantada, ou já está levantada e cadastrada pela Administração Pública, dentro do prazo de vigência desta Lei, poderá ser regularizada pela mesma.

§ 1º - A regularização se dará nos imóveis existentes ou em construção ou não, bem como o cadastramento ou recadastramento e levantamento do BIC - Boletim de Informações Cadastrais de Obras, até 60 (sessenta) dias antes do prazo de vigência desta Lei.

§ 2º - Os imóveis licenciados para suas edificações, que encontram ocupados e com lançamento em IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano a mais de 05 (cinco) anos, serão considerados concluídos sem prejuízo de recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço, pertinentes a construção da obra, por parte da municipalidade.

§ 3º - As diferenças levantadas entre as áreas licenciadas e as obras serão objetos de requerimento de regularização através dos documentos previstos nesta Lei.

§ 4º - No levantamento serão consideradas, para efeito de cadastramento, as dimensões do imóvel construído ou em construção. O cadastramento do terreno será conforme suas dimensões já constantes na Matrícula de Registro de Imóveis, ou dimensões já constantes em certidões expedidas pelo Poder Público Municipal.

 $\S~5^{\rm o}$ - Todo imóvel levantado e cadastrado, quando de sua regularização poderá, a critério do proprietário, sofrer adaptações para atender as exigências do Código Sanitário do Estado de São Paulo e Plano Diretor do Município de Saltinho.

Art. 6º - Nos casos onde há, por parte do interessado, necessidade de regularização do imóvel e simultaneamente reforma, com ou sem alteração de área do mesmo, tal reforma deverá, através de projeto, atender as leis vigentes para o requerimento do Alvará de Licença na forma do Código Sanitário e Plano Diretor.

Art. 7º - As edificações que dependem de autorização ou laudos de vistoria final de outros órgãos terão suas instalações físicas regularizadas, sem que com isso se exima o proprietário do cumprimento destas obrigações, "a posteoriori". Parágrafo Único — O reconhecimento da área construída irregularmente não implica no reconhecimento do uso.

Art. 8º - O Departamento de Obras e Serviços Públicos Urbanos, Rurais, Agricultura e Abastecimento, emitirá a "certidão de regularização", com efeitos legais

§ 1º - A "certidão de regularização", terá valor para averbação e registro em Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com outros documentos que forem necessários.

§ 2º - O Departamento de Obras e Serviços Públicos Urbanos, Rurais, Agricultura e Abastecimento, informará o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS sobre a existência do imóvel a partir da emissão da Certidão, atendendo a Lei nº: 9476, de 23 de julho de 1.997, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 9° - A regularização total ou parcial, com ou sem adequação acarretará aos proprietários a obrigação de recolhimento do ISS — Imposto Sobre Serviço, sob a alíquota de 4% (quatro por cento) do valor da mão-de-obra apurado de conformidade com a Pauta Fiscal, parcelados em no máximo 36 (trinta e seis) vezes, desde que o valor da parcela seja igual ou maior que R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 10 - As construções irregulares apuradas em levantamento cadastral pela Prefeitura do Município de Saltinho, construídas ou demolidas em seu todo ou parte, serão lançados Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a partir do exercício sequinte.

Art. 11 - As construções em andamento, com Projeto devidamente aprovado e que não estejam sendo utilizadas como habitações ou outros fins, não serão consideradas como obras acabadas para fins de incidência e lançamento do Imposto Predial.



## CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO

Art. 12 - Os interessados na regularização de que trata esta Lei, deverão requerê -la na Prefeitura do Município de Saltinho, anexando os seguintes documentos:

- I requerimento, contendo:
- a) nome, endereço completo, número do CPF e do RG do proprietário do imóvel;
- b) Matrícula, Escritura ou Contrato de Compra e Venda do terreno em nome do proprietário ou em nome de outro, com autorização deste ao proprietário da edificação;
- c) localização e informação cadastral do imóvel a ser regularizado;
- d) categoria de uso ou ocupação do imóvel;
- e) declaração assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário de que tem conhecimento desta Lei;
- f) outros documentos ou informações que a Administração Pública julgar necessários.
- II planta baixa do imóvel todo, em forma de croqui de contorno externo, orientando conforme Anexo I e II desta Lei, mostrando a locação em escala e cotas da edificação no terreno, usando da simbologia técnica e especificando no "quadro legenda" os valores das áreas em metro quadrado, de acordo com a seguinte classificação:
- 1- regulares ou cadastradas;
- 2- a regularizar;
- 3- demolidas parcial ou totalmente.
- § 1º Todas as informações contidas nos documentos apresentados serão utilizadas pela Prefeitura do Município de Saltinho, para atualização cadastral.
- $\S~2^{\rm o}$  Todos os imóveis onde verificam que aberturas de ventilações ou iluminações não estão de acordo com os recuos obrigatórios, esses detalhes serão mostrados no croqui de levantamento para atender o item I do Artigo 3º desta Lei.
- § 3º Todos os documentos, desconsiderando cópias de documentos já existentes, devem ser assinados pelos responsáveis compreendendo proprietário e autor do levantamento;
- § 4º O responsável técnico pelo levantamento do imóvel deverá recolher junto ao CREA Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a ART Anotações de Responsabilidade Técnica.
- $\S$  5° Serão cobrados pelo Poder Público os mesmos emolumentos e taxas pertinentes a aprovação de projetos, exceto sobre tapume.
- $\S~6^{\rm o}$  Os critérios e metodologias para levantamento, cadastramento e recadastramento dos imóveis, serão regulamentados pelo Poder Executivo através de decreto.
- Art. 13 Por ocasião dos requerimentos sobre quaisquer assuntos que envolvam direta ou indiretamente imóveis, construídos ou não, fica o requerente obrigado a apresentar com os documentos do pedido, comprovação de matrícula atualizada referente a área total, ou áreas totais dos mesmos.
- Art. 14 A municipalidade dará ampla divulgação à presente Lei, tanto na imprensa oficial quanto no jornal de circulação no Município, bem como, através de notificação aos proprietários de imóveis existentes no Município.
- Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá o prazo de 12 (doze) meses.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 16 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor Administrativo

Projeto de Lei nº 019/2015, Autoria: Prefeito Municipal Claudemir Francisco Torina

LEI MUNICIPAL N° 589, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015. (Dispõe sobre a utilização dos instrumentos orçamentários da transposição, do remanejamento e da transferência de recursos, a serem eventualmente utilizados na execução do orçamento para o exercício de 2016, e da outras providências). CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

# LEI N°589

- Art. 1º Na execução do orçamento para o exercício de 2016 fica o Poder Executivo autorizado a promover remanejamento de dotações orçamentárias, desde que ocorram entre ações de um mesmo programa e no âmbito de cada Unidade Orçamentária, obedecida, ainda, a categoria econômica da despesa.
- Art. 2º Os remanejamentos de que trata o artigo 1º desta Lei, serão promovidos mediante decretos a serem editados pelo Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- Art. 3° Esta Lei entra em vigor em 01 de Janeiro de 2016.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 16 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI Diretor Administrativo Projeto de Lei nº 016/2015, Autoria: Prefeito Municipal Claudemir Francisco Torina.

LEI MUNICIPAL N° 590, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015. (Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Saltinho para o exercício de 2.016, e dá outras providências.). CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

#### LEI N°590

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Saltinho para o exercício de 2.016, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, orça a receita e fixa a despesa em R\$ 22.502.000,00 (Vinte e dois milhões, quinhentos e dois mil reais).

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Renda e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo II, da Lei Federal nº: 4.320/64, e de acordo com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES	R\$
Receita Tributária	3.747.714,94
Receita de Contribuições	471.273,30
Receita Patrimonial	107.695,80
Receita de Serviços	1.250.810,85
Transferências Correntes	16.509.287,57
Outras Receitas Correntes	415.217,54
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	22.502.000,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00
Transferências de Capital	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	22.502.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de Órgãos, Funções, Sub-Funções, Categoria Econômica e Natureza de Despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$
01 – PODER LEGISLATIVO	
01.01 – Câmara Municipal	1.137.000,00
02 – PODER EXECUTIVO	
02.01 – Gabinete do Prefeito	433.473,98
02.02 – Assessoria Jurídica	330.067,50
02.03 – Administração	1.604.441,00
02.04 – Finanças e Patrimônio	868.851,04
02.05 – Encargos Financeiros	255.795,39
02.06 – Fundo Municipal de Saúde	5.425.115,89
02.07 – Fundeb – Fundo de Desenv. da Educ. Básica	2.692.501,66
02.08 – Educação Infantil	253.396,84
02.09 – Ensino Fundamental	2.232.922,38
02.10 – Encargos Educacionais	418.833,46
02.11 – Cultura, Esporte e Lazer	794.021,19
02.12 – Obras e Serviços Públicos	3.528.773,45
02.13 – Água e Esgoto	1.364.368,20
02.14 – Obras e Serv. Rurais, Agric. e Abastecimento	659.894,67
02.15 – Assistência e desenvolvimento Social	247.446,91
02.16 – Fundo Municipal de Assistência Social	252.096,44
02.17 – Ensino Profissionalizante	3.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	22.502.000,00
POR FUNÇÃO DE GOVERNO	R\$
01 - Legislativa	1.137.000,00
03 - Essencial à Justiça	330.067,50
04 - Administração	2.937.561,41
08 - Assistência Social	918.376,81
10 - Saúde	5.425.115,89
12 - Educação	5.181.820,88
13 – Cultura	386.729,99
15 – Urbanismo	3.502.922,81
	i

1.349.908,76

14.459,44

17 - Saneamento

18 – Gestão Ambiental

20 – Agricultura	659.894,67
26 – Transporte	25.850,64
27 – Desporto e Lazer	407.291,20
99 – Reserva de Contingência	225.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	22.502.000,00
POR SUB FUNÇÃO DE GOVERNO	R\$
031 – Ação Legislativa	1.137.000,00
092 – Representação Judicial e Extrajudicial	330.067,50
122 – Administração Geral	1.604.441,00
123 – Administração Financeira	1.333.120,41
243 – Assistência a Criança e Adolescente	575.275,96
244 – Assistência Comunitária	343.100,85
301 – Atenção Básica	5.139.146,25
302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial	132.150,97
303- Suporte Profilático e Terapêutico	28.458,90
304 – Vigilância Sanitária	58.967,61
305 – Vigilância Epidemiológica	66.392,16
361 – Ensino Fundamental	4.407.590,94
363 – Ensino profissional	3.000,00
365 – Educação Infantil	771.229,94
392 – Difusão Cultural	386.729,99
451 – Infra Estrutura Urbana	140.000,00
452 – Serviços Urbanos	3.362.922,81
512 – Saneamento Básico Urbano	1.349.908,76
541 – Preservação e Conservação Ambiental	14.459,44
605 – Abastecimento	659.894,67
782 – Transporte Rodoviário	25.850,64
812 – Desporto Comunitário	407.291,20
999 – Reserva de Contingência	225.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	22.502.000,00

POR CATEGORIAS ECONOMICAS	R\$
Despesas Correntes	21.882.149,36
Despesas de Capital	394.850,64
Reserva de Contingência	225.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	22.502.000,00

- Art. 4º O Poder Executivo está autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:
- I Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- ${\sf II-Realizar}$  operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 12% (doze por cento) do total da receita efetivamente arrecadada no exercício, nos termos da legislação vigente;
- IV Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;
- V Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos; e
- VI A alterar do ponto de vista quantitativo (valor, metas e indicadores) os programas do PPA e LDO vigentes, em decorrência das suplementações orçamentárias necessárias.
- Art. 5º As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo o caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.
- Art. 6° Esta Lei entra em vigor em 1° de Janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 17 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor Administrativo

Decreto n.º 1627 de 01 de Outubro de 2.015 (Abre Crédito Suplementar da ordem de R\$ 71.500,00 e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização expressa contida na Lei Municipal n.º 547, de 06 de Novembro de 2.014, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964.

Artigo 1º - Fica aberto, na Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças e Patrimônio, um crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 71.500,00 ( Setenta e um mil e quinhentos reais ), destinado à suplementação das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.02.03.04.122.0006.2009-339039 ( 037 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica	1.500,00
02.02.06.10.301.0008.2017-339039 ( 064 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica	5.700,00
02.02.06.10.304.0009.2020-319013 ( 071 ) - Obrigações Patronais	500,00
02.02.07.12.365.0011.2024-319011 ( 091 ) - Vectos e Vant.Fixas-Pes.Civil	15.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-339039 (113) - Serviços 3º Pessoa Jurídica	4.500,00
02.02.09.12.361.0014.2028-339039 (120) - Serviços 3º Pessoa Jurídica	31.000,00
02.02.10.08.243.0015.2031-339030 ( 123 ) - Material de Consumo	5.000,00
02.02.12.15.452.0020.2035-339030 ( 239 ) - Material de Consumo	8.100,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339030 ( 215 ) - Material de Consumo	200,00

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes de:

- Excesso de Arrecadação, calculado de acordo com o § 1º, inciso II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964. 41.900,00
- Os recursos para cobertura do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes de anulação parcial, calculado de acordo com o § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.02.04.99.999	.9999.2099-9999	999 ( 048 ) -	- Reserva de Contingencia	6.000,00
02.02.06.10.305	.0009.2021-3190	)16 ( 077 ) -	- Outras Desp. Variaveis-Pes	.Civil 500,00
02.02.07.12.365	.0011.2025-4490	052 (096) -	Equiptos e Mat.Permanente	e 15.000,00
02.02.12.15.452	.0020.2035-3390	39 ( 150 ) -	- Serviços 3º Pessoa Jurídic	a 5.985,52
02.02.12.26.782	.0018.1007-4490	)51 ( 154 ) -	- Obras e Instalações	1.880,62
02.02.12.26.782	.0018.1007-4490	)51 ( 154 ) -	- Obras e Instalações	233,86

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 01 de Outubro de 2015

#### CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA Prefeito Municipal

Publicado no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

ANGÊLO CÉSAR ANGELELI Diretor Administrativo

Decreto n.º 1628 de 01 de Outubro de 2.015 (Remaneja recursos do Orçamento vigente e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização expressa contida na Lei Municipal n.º 573 de 17 de Março de 2.015; e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964.

Artigo 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, a saber:

# ACRÉSCIMOS

DECRETA:

02.02.03.04.122.0006.2009-339039 ( 037 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica 8.000,00
02.02.06.10.301.0008.2017-339030 ( 060 ) – Material de Consumo
02.02.06.10.301.0008.2017-339030 ( 063 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica 23.200,00
02.02.07.12.365.0011.2024-319011 ( 091 ) - Vencimentos e Vant. Fixas 100.000,00
02.02.08.12.365.0012.2026-339039 ( 102 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica 1.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-339036 (112) - Serviços 3º Pessoa Física 12.000,00
02.02.13.17.512.0021.2037-339039 ( 163 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica 30.000,00
02.02.15.08.244.0024.2040-319011 ( 181 ) - Vencimentos e Vant. Fixas 10.000,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339039 (193) - Serviços 3º Pessoa Jurídica 6.120,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339039 ( 217 ) – Serviços 3º Pessoa Jurídica 550,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339039 ( 238 ) — Serviços 3º Pessoa Jurídica 2.800,00
195.470,00

# REDUÇÕES

KEDOQOEO	
02.02.03.04.122.0006.2009-339030 ( 035 ) - Material de Consumo	8.000,00
02.02.06.10.301.0008.2017-339030 ( 057 ) - Material de Consumo	8.000,00
02.02.06.10.301.0008.2017-339036 ( 062 ) - Serviços 3º Pessoa Física	17.000,00
02.02.07.12.361.0011.2022-319011 (079) - Vencimentos e Vant. Fixas	100.000,00
02.02.08.12.365.0012.2026-339030 ( 100 ) - Material de Consumo	1.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-319011 ( 106 ) - Vencimentos e Vant. Fixas	12.000,00
02.02.13.17.512.0021.2037-319016 ( 160 ) - Outr.Desp.Variaveis-P.Civ	30.000,00
02.02.15.08.244.0024.2040-319013 ( 182 ) - Obrigações Patronais	10.000,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339032 ( 189 ) - Mater., Bem ou Serv. Distr. Grat	550,00
02.02.16.08.244.0024.2044-339039 ( 192 ) - Serviços 3º Pessoa Jurídica	8.920,00
	105 /70 0

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 01 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA Prefeito Municipal

Publicado no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

ANGELO CÉSAR ANGELELI Diretor Administrativo PORTARIA Nº: 1199, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.015. (Determina a abertura de Processo Seletivo n. 005/2015 para a contratação temporária e emergencial e nomeia Comissão Especial para coordenação e realização dos trabalhos e dá outras providencias).

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE:

CONSIDERANDO, que no decorrer do exercício pode haver a necessidade de contratação emergencial e temporária e não havendo lista de classificados para o emprego vago em Concurso Público, necessitando assim elaboração de processo seletivo de provas para contratação.

Art. 1º - Fica determinado ao Departamento Administrativo a abertura do Processo Seletivo n. 005/2015 para preenchimento de vagas conforme consta no Edital.

Art. 2º - Designa os membros abaixo para compor a Comissão Especial do Processo Seletivo, que irão coordenar e realizar os trabalhos do Processo Seletivo, ficando a homologação sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

a) Presidente: Sra Elisângela Ap. Tenca Camilli

b) Membro : Sra. Graziela Tabai ;c) Membro : Srta Silvia Maria Zatarin

Art. 2º - Os membros desta Comissão não receberão nenhum tipo de re-

muneração, sendo considerados seus trabalhos de relevância comunitária e de interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Saltinho(SP), em 18 de Novembro de 2.015.

## CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA - Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CÉSAR ANGELELLI
- Diretor do Departamento Administrativo-

# EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

O Prefeito do Município de Saltinho/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a realização do Processo Seletivo nº 005/2015, com a coordenação da Comissão nomeada através da Portaria nº 1199/15, para a contratação de Médico pronto atendimento e Psicólogo, visando preencher vagas efetivas e substitutas por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal n. 233/01 e pelo regime jurídico da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. As inscrições estarão abertas nos dias 23/11/2015 à 27/11/2015, no horário das 09:00 às 10:30 e das 14:00 às 15:30 horas, na Prefeitura do Município de Saltinho, sita à Avenida Sete de Setembro n. 1733 Centro Saltinho/SP, mediante o preenchimento de formulário, fornecido por este Departamento, observando as condições a seguir estabelecidas:

# DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1 O presente Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipal vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.
- 1.2 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo e/ou a divulgação desses documentos no quadro de avisos da Prefeitura do Município de Saltinho/SP, localizada à Avenida Sete de Setembro n. 1733 Centro Saltinho/SP.
- 1.3 Todos os horários referenciados neste edital terão por base o horário oficial de Brasília/DF.
- 1.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá interar-se deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até o ato da nomeação, todos os requisitos exigidos para provimento do emprego.

# 2. DO EMPREGO PÚBLICO

- 2.1. O emprego público a ser provido, a quantidade de vagas, carga horária de trabalho, referência e salário são os constantes do quadro abaixo. As vagas serão destinadas para o local de trabalho que melhor convier à municipalidade, a juízo da administração municipal.
- 2.1.1 As atribuições do emprego  $\,$  são aquelas previstas na Lei Municipal  $\,$ n° 344/06 da Estrutura Administrativa em seu anexo V.
- 2.1.2. A lotação e a fixação do horário de trabalho para o emprego serão estabelecidos pela Prefeitura do Município de Saltinho/SP, em escalas que atendam as necessidades dos serviços públicos.
- 2.1.3. Fica a critério da Prefeitura do Município de Saltinho/SP, convocar ou não os candidatos aprovados neste Processo Seletivo, mediante avaliação do impacto financeiro e orçamentário em folha de pagamento, obedecendo aos limites impostos com gastos de pessoal através da legislação que suporta a matéria.

Vagas	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário R\$
05	Médico pronto atendimento	20	5.090,86 p /mês
01	Psícólogo	20	2.452,68 p/mês

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. Para serem inscritos os candidatos deverão preencher os seguintes requisitos:
- 3.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado:
- 3.1.2. Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos à data de encerramento das inscrições;
- 3.1.3. Estar guites com a Justica Eleitoral
- 3.1.4. Se do sexo masculino, comprovar estar satisfeitas suas obrigações para com o Serviço Militar;
- 3.1.5. Estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- 3.1.6. Atender as condições especiais prescritas para a habilitação ao Processo Seletivo:
- 3.1.7. Possuir os necessários documentos de identificação pessoal e profissional:
- 3.1.8. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de atos desahonadores:
- 3.1.9. Não ser aposentado por invalidez ou ter a aposentadoria especial para o mesmo emprego que pretende concorrer e nem estar com a idade igual ou superior a 70 (setenta) anos, que é fixada para aposentadoria compulsória.
- 3.2. A inscrição deverá ser feita através do preenchimento de formulário que estará disponível no local das inscrições.
- 3.2.1. O candidato deverá preencher corretamente o formulário de inscrição no local.
- 3.2.2. A documentação comprobatória das informações declaradas na ficha de inscrição deverá ser apresentada pelo candidato aprovado, necessariamente, no ato da admissão.
- 3.3. Quando da inscrição, os portadores de deficiência física deverão declarar essa condição, sob pena de ter a preferência prejudicada, nos termos do item 11 deste Edital.
- 3.3.1. Para os candidatos portadores de deficiência física, deverá ser especificado na ficha de inscrição e apresentado Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova.
- 3.4. N\u00e3o ser\u00e3o recebidas inscri\u00f3\u00f3es via postal, atrav\u00e9s de fac-s\u00edmile, de forma condicional ou fora do per\u00edodo estabelecido neste Edital.
- 3.5 Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização da prova escrita para que o Fiscal de Sala faça a devida correção em Ata de Prova.
- 3.6. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda aos requisitos estabelecidos neste Edital, será ela anulada de ofício, não surtindo efeito, nem gerando quaisquer direitos.
- 3.6.1. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

# 4. DOS REQUISITOS

- 4.1. São requisitos essenciais para a prestação do Processo Seletivo, segundo o emprego público disponível, através de comprovação da escolaridade, que serão exigidas ao candidato convocado no ato de admissão:
- 4.1.1. Curso de nível superior na área.

# 5. DAS PROVAS

- 5.1. As provas escritas serão realizadas no dia 03 de Dezembro de 2015, com início impreterivelmente às 09:15 horas e término às 11:15 horas nas dependências do Centro Cultural João Hermann Netto sito à Rua José Torrezan nº1543 Bairro Jardim Torrezan Saltinho/SP.
- 5.2. Na data de realização das provas, os candidatos deverão se apresentar, no mínimo, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário determinado para o início da mesma, munidos da ficha de inscrição, documento de identidade (RG) ou outro documento de identificação com foto, caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha, sem o que não serão admitidos à prova.
- 5.3. No horário marcado para o início das provas, será recolhida a lista de presença, não sendo admitidos candidatos atrasados, sob qualquer pretexto.
- 5.4. Não serão admitidos nos locais de provas, os candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para as mesmas.
- 5.5. Durante a realização das provas não será permitido a consulta de nenhuma espécie de legislação, livro, revista ou folheto, bem como o uso de calculadora, pager ou telefone celular, bem como não será admitida comunicação entre os candidatos.
- 5.6. O tempo máximo de duração da prova será de 02 (duas) horas.
- 5.7. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao Fiscal de Sala, o Caderno de Provas, a folha de respostas, e todo o material cedido para execução das provas.
- 5.8. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas, nem mesmo início de provas após o horário fixado, qualquer que seja o motivo alegado, importando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.
- 5.9. Sob nenhuma alegação serão feitas provas fora dos locais pré-estabelecidos.
- 5.10. O não comparecimento na data fixada para realização das provas excluirá automaticamente o candidato do Processo Seletivo.

# 6. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

- 6.1. O Processo Seletivo constará de prova escrita.
- 6.2. A inviabilidade das provas será comprovada no local de sua realização, no momento do rompimento do lacre dos envelopes, na presença dos candidatos.
- 6.3. O candidato deverá assinalar suas respostas na folha de resposta que virá anexa ao Caderno de provas e esta não pode ser rasurada em hipótese alguma.



- 6.3.1 Somente serão permitidos assinalamentos na folha de respostas feitos pelo próprio candidato, vedada qualquer colaboração ou partici-
- 6.3.2 Na correção da folha de respostas, serão anuladas às questões rasuradas, com mais de uma opção assinalada ou em branco;
- 6.3.3 Sob nenhuma hipótese haverá a substituição do Caderno de Provas
- 6.4 No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer anormalidade gráfica ou irregularidade na formulação de alguma questão, ou mesmo que não esteja ela prevista no programa, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala que anotará na folha de ocorrências para posterior análise
- 6.5 Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação dos recursos.
- 6.6 Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Provas, a folha de respostas, bem como, todo e qualquer material cedido para a execução das provas, podendo, no entanto, copiar, no verso do comprovante de inscrição, suas respostas, para conferência posterior.
- 6.6.1 O candidato deverá assinalar a alternativa que considere correta no Caderno de Provas com caneta esferográfica azul ou preta.
- 6.6.2 No ato de assinalar a alternativa o candidato deverá preencha-la cuidadosamente para que não haja rasura.
- 6.7 O Caderno de Provas e a folha de respostas só terão validades se estiver assinado pelo candidato em local previamente designado
- 6.8. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que, no decorrer da prestação da prova:
  - 6.8.1. Apresentar-se após o horário estabelecido para o início da mesma;
  - 6.8.2. Não comparecer, seja ela qual for e o motivo alegado;
  - 6.8.3. Não apresentar o documento de identificação exigido:
- 6.8.4. Ausentar-se da sala de prova sem acompanhamento de um fiscal ou antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início da mesma
- 6.8.5. For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, impressos ou calculadoras;
- 6.8.6. Estiver fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e de comunicação do tipo: pager, bip, telefone celular, relógio de pulso com
  - 6.8.7. Estiver portando armas de gualquer espécie:
- 6.8.8. Lançar mão de meios ilícitos para realizar a prova;
- 6.8.9. Não devolver integralmente o material recebido ao fiscal:
- 6.8.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos

## 7. DA AVALIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROVAS

- 7.1. A prova escrita constará de 20 (vinte) questões com testes de múltipla escolha, valendo cada questão 01 (um) ponto.
- 7.1.1. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 10 (dez) pontos.
- 7.2. No caso de empate na classificação final, os critérios para desempate
- serão os seguintes: 7.2.1. Preferência ao candidato com maior idade;
- 7.2.2. Preferência ao candidato legalmente casado, com maior número de filhos dependentes:
- 7.2.3. Preferência ao candidato portador de deficiência física não prejudicial ao exercício do emprego público para o qual concorreu.

# 8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 8.1. Encerrada a correção das provas e publicada a lista dos classificados, correrá o prazo de 03 (três) dias úteis para qualquer candidato requerer revisão de suas provas, sendo vedado o requerimento de exibição de provas de terceiros a qualquer outro candidato.
- 8 1 1 Os recursos administrativos deverão ser protocolados na Prefeitura do Município de Saltinho, à Avenida 07 de setembro, 1733, Centro, Saltinho/SP, em horário de expediente normal, das 8:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas, de segunda a sexta-feira e encaminhados à Comissão de Processo Seletivo.
- 8.1.2. Recursos interpostos fora do prazo não serão apreciados, recebendo indeferimento de ofício.
- 8.2. Para cada questão deverá constar o número da questão, a alternativa assinalada pelo candidato, com argumentação lógica e consistente
- 8.2.1. Os recursos deverão conter, cópia da ficha de inscrição, endereço completo e telefone para contato.
- 8.3. Havendo provimento de recurso, serão republicadas as listas de classificação, no caso de ocorrerem alterações na ordem de classificação
- 8.4. O candidato que não for aprovado, não figurará na lista a ser publicada.
- 8.5 O resumo deste Edital será publicado no semanário da Folha de Saltinho e o Edital completo no Diário Oficial do Município de Piracicaba, e no mural da Prefeitura de Saltinho.
- 8.5. Todo procedimento referente ao Processo Seletivo será divulgado e publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba/SP e no mural da Prefeitura do Município de Saltinho/SP

# 9. DA ADMISSÃO

- 9.1. A convocação para admissão do candidato aprovado, será feita na ordem de classificação e na medida das necessidades da Prefeitura do Município de Saltinho, oportunidade em que deverão ser apresentados todos os documentos pertinentes à comprovação da escolaridade exigida para o cargo, de acordo com o item 4.1.1 deste Edital.
- 9.2. A simples aprovação no Processo Seletivo não gera direito a admissão, pois a Prefeitura convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.
- 9.3. O candidato terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação que precederá a admissão, para manifestar seu interesse em assumir o emprego em local para o qual será designado e apresentação de documentos. A omissão ou a negação do candidato será entendida como desistência de admissão.
- 9.4. A contratação temporária será feita de acordo com a Lei Municipal 233/01, e obedecerá rigorosamente a ordem de classificação.
- 9.5. A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas neste Edital será feita em data a ser fixada em época oportuna, por ocasião da convocação do candidato aprovado para admissão no emprego público.
- 9.6 A não apresentação dos documentos na data fixada eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis às falsidades da declaração constante da ficha de inscrição.

- 9.6.1 Após a análise da documentação apresentada pelo candidato na data fixada, e sendo a mesma aceita como regular, será expedida a Portaria de nomeação do mesmo, que dará direito a admissão ao respectivo emprego.
- 10. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
- 10.1. Os candidatos portadores de deficiência que pretenderem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/89, é assegurado o direito de se inscrever do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, nota mínima exigida, duração, data, horário e local de aplicação das provas, para o provimento do emprego descrito neste Edital, cujas atribuições, detalhadas no item 2.1.1, sejam compatíveis com a deficiência de que é portadora.
- 10.2 Após a investidura do candidato ao emprego, a deficiência não poderá ser aguida para justificar a concessão de aposentadoria e readaptação
- 10.3. Aos portadores de deficiência física e sensorial serão reservados 5% (cinco por cento) da quantidade de vagas, por emprego, os quais não serão discriminados pela sua condição, exceto para os empregos que não possibilitem as suas contratações pelas características de atribuições e desempenhos, incompatíveis com a deficiência possuída
- 10.3.1. A aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o número de vagas para o emprego público oferecido, que resultarem em fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), serão arredondadas automaticamente para 01 (um) inteiro.
- 10.3.2. Aqueles que portarem deficiência compatível com a função do respectivo emprego e desejarem prestar o Processo Seletivo nesta condição deverão manifestar-se na inscrição, apresentando atestado médico, contendo o código da Classificação Internacional de Doença - CID, descrevendo o tipo de deficiência:
- 10.3.3. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões mundialmente estabelecidos
- 10.3.4. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada.
- 10.3.5. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.
- 10.3.6. O candidato que declarar falsamente a deficiência será excluído do processo, se confirmada tal ocorrência, em qualquer fase deste Processo Seletivo, sujeitando-se às consegüências legais pertinentes à matéria.
- 10.4. Os deficientes visuais, que se julgarem amparados pelas disposições legais, somente prestarão as provas mediante leitura através do sistema Braille, e, suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban.
- 10.4.1. O candidato deficiente visual ou amblíope deverá solicitar, por escrito, à Prefeitura até o último dia de encerramento das inscrições, a confecção de prova em Braille ou ampliada, juntando, nos casos de ambliopia, atestado médico comprobatório dessa situação.
- 10.4.2. Os deficientes visuais que não solicitarem a prova especial no prazo citado no item anterior não terão direito a prova especialmente preparada seja qual for o motivo alegado.
- 10.4.3. Aos deficientes visuais amblíopes serão oferecidas provas ampliadas com tamanho da letra correspondente ao corpo 24.

# 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 11.1. Em não havendo deficientes físicos aprovados em número suficiente para preencher as vagas a eles reservadas, 5% (cinco por cento) das vagas submetidas a seleção, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso VIII, ficarão as mesmas a disposição dos demais candidatos aprovados.
- 11.2. O candidato, ao inscrever-se, está aceitando todas as disposições deste Edital e da legislação vigente.
- 11.3. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 11.4. O candidato deve manter durante o prazo de validade deste Processo Seletivo, o seu endereço atualizado para eventuais convocações, junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Saltinho, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da citada atualização
- Os itens deste Edital poderão, eventualmente, sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstâncias que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.
- A Inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e aceitação das condições do Processo Seletivo tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instrucões específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- É de responsabilidade do candidato manter os dados cadastrais de seu endereco, inclusive o eletrônico, e telefone atualizados até que expire o prazo de validade do processo seletivo, da seguinte forma: até a homologação do Processo Seletivo comunicado oficialmente à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Saltinho sita à Avenida Sete de Setembro n. 1733 Centro Saltinho/SP.
- 11.5 O prazo de validade deste Processo Seletivo de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado por uma vez e por igual período, a contar da data da homologação, a juízo da administração municipal
- 11.6 Decorridos 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando qualquer óbice, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, porém pelo prazo de validade do Processo Seletivo, os registros eletrônicos.
- 11.7. Por razões de ordem técnica e de segurança a Prefeitura reserva-se o direito de não fornecer, em hipótese alguma, nenhuma cópia do caderno de provas a candidato, autoridades ou a instituição de direito público ou privado, durante o transcorrer das provas escritas, até o seu resultado final.
- 11.7.1. Após a publicação do resultado final, o material ficará à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal.
- 11.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Administrativo, "ad referendum" do Chefe do Poder Executivo.
- 11.9. Caberá ao Chefe do Poder Executivo a homologação dos resultados finais deste Processo Seletivo.

Saltinho/SP, 18 de Novembro de 2.015.

Elisângela Aparecida Tenca Camilli Presidente da Comissão de Processo Seletivo

# ESPORTE CLUBE GLEBAS **CALIFORNIA**

Lei autorizadora 7045/11 - Processo 137.183/14 - Contribuição 212/14

Demonstrativo de Receitas e Despesas 2014

Origem dos recursos ..... Recursos de repasses públicos......3.543,70 Recursos da própria entidade ......16,10

Aplicação dos recursos

Material de consumo ...... 1.884,80 Pessoa Jurídica......725,00 Pessoa Fisica..... Total .. 3.559,80

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epigrafada. sob as penas da Lei, que as despesa relacionada, examinada pelo Conselho Fiscal, comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme o programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Concessor.

Piracicaba, 13 de janeiro de 2015

Ademir de Jesus TCCRC 1SP188447/O-0 Lindomar Almeida de Souza Presidente

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: Sergio Roberto de Moura Junior Luiz Angelo Totti Sebastião Antonio Barbosa Filho

# **EMDHAP**

COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS APRESENTADAS AO CONVITE Nº 026/2015 PROCESSO ADMINISTRATI-VO Nº 068/2015, REFERENTE À LOCAÇÃO DE CAMINHÃO E MÁQUINAS PARA AS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: CORTE E RETIRADA DE MATO, LIXO E BOTA FORA, ESCAVAÇÃO, ATERRO E COMPACTAÇÃO, PELO TIPO MENOR PRECO.

Aos 13 dias do mês de novembro de 2015, às 10h15min na sede da EMDHAP, sito a Avenida Cristóvão Colombo nº 1.900, Bairro Algodoal, Piracicaba reuniu-se a Comissão Permanente de Abertura e julgamento de Licitações, nomeada pelo Ato nº 001/15, publicado no D. O. M. de 28/07/15, por seus membros que esta assinam presente a seguinte firma licitante: 1-) Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda, que não se fez representar, 2-) Bonaterra Locação de Máquinas e Comércio de Materiais para Construção Éireli - EPP, que não se fez representar e 3-) Pontuali Construtora e Engenharia Eireli, que não se fez representar . A Comissão analisou todos os documentos. sendo que as empresas foram habilitadas para a abertura do "Envelope 02 - Proposta". A seguir foi aberto o envelope 02 - Proposta, da empresa abaixo relacionada, que apresentou o seguinte preço:

Período	Construtora e Pavimen. Concivi Ltda	Bonaterra Locação Máq. e Com.Mat.Constr. Eireli	Pontuali Construtora e Eng. Eireli
60 dias	80.650,00	82.660,00	77.170,00

A seguir a Comissão deu como vencedora a empresa Pontuali Construtora e Engenharia Eireli por apresentar a melhor proposta de preços, uma vez que está dentro do preço praticado no mercado, sendo que este comunicado será feito através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba, cuja data da publicação será tomada como base para recurso administrativo, sendo que decorrido o prazo, o resultado será encaminhado ao Diretor Presidente da EMDHAP, que homologará e adjudicará a quem de direito for. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos. Do Jacó da Silveira Nunes, membro suplente da Comissão de Licitação lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos.

Comissão de Licitação

Membro Membro

Geraldo José Carboni Cícero da Silva Ferreira

> 2º Aditamento ao Contrato nº 011/14 Processo Administrativo nº 010/14 Carta Convite nº 010/14

DO ORIGINAL:

Contratado: G & A Assessoria, Consultoria e Projetos Ltda. Ohieto: Pre ra revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS do Município de Piracicaba.

Data: 16/06/14 Valor total: 68,000,00

Prazo: 08 meses Forma de pagamento: 05 dias do faturamento da nota fiscal

DO ADITIVO: Data: 16/10/15 Prazo: 06 meses

> Piracicaba, 17 de novembro de 2015. WALTER GODOY DOS SANTOS **Diretor Presidente**



# **CMAS**

## RESOLUÇÃO N.º 31/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº.6.246 de 03 de junho de 2008.

CONSIDERANDO, Reunião Ordinária realizada em 12 de novembro de 2015.

## RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprova o aditamento dos Convênios para execução do Serviço de Proteção Social Especial para Acolhimento Institucional de Idosos com as Entidades abaixo descritas, com vigência de novembro à dezembro 2015:

Nome Entidade Valor
Lar dos Velhinhos de Piracicaba RS 219.591,84
Associação de Assistência Social Betel R\$ 18.087,33

ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 12 de novembro de 2015.

Jacqueline Barros de Campos Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 12 de novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

## RESOLUÇÃO N.º 32/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº.6.246 de 03 de junho de 2008.

CONSIDERANDO, o disposto na Resolução Nº 14 de 15 de maio de 2014. CONSIDERANDO, Reunião Ordinária realizada em 12 de novembro de 2015.

## RESOLVE:

ARTIGO 1º – Altera a Resolução nº 25/2015 do CMAS e aprova o convênio a ser realizado com o Centro Regional de Registros e Atenção aos Maus Tratos na Infância de Piracicaba, no valor de R\$ 35.427,64 (trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), visando a execução do serviço através do Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência – CRAM, com vigência de novembro à dezembro 2015.

ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 12 de novembro de 2015.

Jacqueline Barros de Campos Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 12 de novembro de 2015

Eliete Nunes F. da Silva Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

# **COMDEF**

## RESOLUÇÃO N.º 25/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES-CENTE DE PIRACICABA, no uso de suas atribuições que foram-lhe conferidas pela Lei Municipal nº 6.246, de 03 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 6.597 de 24 de novembro de 2009, Título VI – Dos Direitos da Criança e do Adolescente, Capítulo I – Da Criação do Conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, artigos 107 a 155, em Plenária realizada no dia 13 Novembro de 2015.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a concessão de Certificado de Registro nº 015/15 ao Centro de Reabilitação Piracicaba pelo período de 2 anos, a contar desta data.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Patricia Fernanda Barbosa Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretaria de Desenvolvimento Social

# RESOLUÇÃO N.º 26/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES-CENTE DE PIRACICABA, no uso de suas atribuições que foram-lhe conferidas pela Lei Municipal nº 6.246, de 03 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 6.597 de 24 de novembro de 2009, Título VI – Dos Direitos da Criança e do Adolescente, Capítulo I – Da Criação do Conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, artigos 107 a 155, em Plenária realizada no dia 13 Novembro de 2015.

## RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar a concessão de Certificado de Registro nº 030/15 a Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Piracicaba pelo período de 2 anos, a contar desta data.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Patricia Fernanda Barbosa Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretaria de Desenvolvimento Social

## RESOLUÇÃO N.º 27/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES-CENTE DE PIRACICABA, no uso de suas atribuições que foram-lhe conferidas pela Lei Municipal nº 6.246, de 03 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 6.597 de 24 de novembro de 2009, Título VI – Dos Direitos da Criança e do Adolescente, Capítulo I – Da Criação do Conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, artigos 107 a 155, em Plenária realizada no dia 13 Novembro de 2015.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a concessão de Certificado de Registro nº 086/15 a Associação Uma Janela para o Futuro pelo período de 2 anos, a contar desta data.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba 13 de Novembro de 2015

Patricia Fernanda Barbosa Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretaria de Desenvolvimento Social

## RESOLUÇÃO N.º 28/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES-CENTE DE PIRACICABA, no uso de suas atribuições que foram-lhe conferidas pela Lei Municipal nº 6.246, de 03 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 6.597 de 24 de novembro de 2009, Título VI – Dos Direitos da Criança e do Adolescente, Capítulo I – Da Criação do Conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, artigos 107 a 155, em Plenária realizada no dia 13 Novembro de 2015.

## RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a concessão de Certificado de Registro nº 087/15 a Associação dos Pais do Grupo Escoteiro Piracicaba pelo período de 2 anos, a contar desta data.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Patricia Fernanda Barbosa Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 13 de Novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretaria de Desenvolvimento Social

# RESOLUÇÃO N.º 33/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº.6.246 de 03 de junho de 2008. CONSIDERANDO, o disposto na Resolução Nº 14 de 15 de maio de 2014.

CONSIDERANDO, Reunião Ordinária realizada em 12 de novembro de 2015.

# RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprova o aditamento do convênio realizado com a Pia União de Santo Antonio para a execução do Programa de Transferência de Renda no valor de R\$101.634,58 ( cento e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e com vigência de novembro a dezembro 2015. O valor acima citado é relativo à despesas rescisórias pelo fim do conveniamento.

ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 12 de novembro de 2015.

Jacqueline Barros de Campos Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 12 de novembro de 2015.

Eliete Nunes F. da Silva Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

# **EXTRAVIOS**

A Empresa THERMO FIBRAS ISOLANTES LTDA DECLARA para os devidos fins perante esta conceituada Prefeitura Municipal de Piracicaba, que foram extraviados 02 (dois) Talões de Notas Fiscais de Prestação de Serviços Série 5-A contendo os nºs. 801 a 900 confeccionados em 08/2010 através da Autorização Fiscal de nº 8762.



# Administração

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito João Chaddad - Vice-prefeito

# Jornalista responsável

João Jacinto de Souza - MTB 21.054

# Diagramação

Centro de Informática Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 Fone: (19) 3403-1031 E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

# Impressão

Gráfica Municipal de Piracicaba Rua Prudente de Moraes, 930 Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 270 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br

# Diário Oficial na internet

acesse: www.piracicaba.sp.gov.br